

LUIZ RODRIGUES WAMBIER  
EDUARDO TALAMINI

# CURSO AVANÇADO DE PROCESSO CIVIL

TEORIA GERAL  
DO PROCESSO

1

**20ª edição**

Revista, atualizada e ampliada

Esta edição contém  
**Visual Law**

THOMSON REUTERS  
**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitas Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Operações Editoriais:* Alana Fagundes Valério

*Analista de Conteúdo Editorial Júnior:* Bárbara Baraldi

*Estagiárias:* Ana Amalia Strojnowski, Bruna Mestriner e Mirna Adel Nasser

*Produção Editorial*

*Coordenação*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Iais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura

*Analistas de Operações Editoriais:* Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

*Designer Editorial:* Lucas Kfourir

*Estagiárias:* Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

*Capa:* Chrisley Figueiredo

*Adaptação capa:* Ariel Villalba e Cinthia Riveros

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILLA FUREGATO DA SILVA**

*Visual Law:* Amanda Juvêncio, Bárbara Baraldi, Emanuel Silva, Lucas Kfourir, Rafael Cattai, Vanessa Mafra e Victória Menezes Pereira

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Assistente de Produção Gráfica:* Ana Paula de Araújo Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Wambier, Luiz Rodrigues  
Curso avançado de processo civil, volume 1 : Teoria geral do processo /  
Luiz Rodrigues Wambier, Eduardo Talamini. -- 20. ed. rev., atual. e ampl. -- São  
Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

Bibliografia.  
ISBN 978-65-5991-872-0

1. Processo civil 2. Processo civil - Brasil I. Talamini, Eduardo. II. Título.

21-72781

CDU-347.9(81)

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Processo civil 347.9(81)  
Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

# SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| SOBRE O MÉTODO E CONTEÚDO DESTE CURSO .....   | 7  |
| APRESENTAÇÃO DA 20. <sup>a</sup> EDIÇÃO ..... | 9  |
| APRESENTAÇÃO DA 16. <sup>a</sup> EDIÇÃO ..... | 11 |

## PARTE I

### NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

|  |    |
|--|----|
| CAPÍTULO 1. INTRODUÇÃO: UMA VISÃO PANORÂMICA DO DIREITO PROCES-<br>SUAL .....                                  | 33 |
| 1.1. Ser humano, sociedade, conflito e jurisdição .....  | 33 |
| 1.2. A evolução dos meios de solução de conflitos .....  | 34 |
| 1.3. Noções provisórias: ação, defesa, tutela jurisdicional, contraditório, proce-<br>dimento e processo ..... | 35 |
| CAPÍTULO 2. NORMA JURÍDICA PROCESSUAL .....  | 39 |
| 2.1. O direito processual no quadro geral do ordenamento jurídico .....  | 39 |
| 2.1.1. Normas de conduta (ou primárias) e normas estruturais (ou se-<br>cundárias) .....                       | 40 |
| 2.1.2. Direito material e direito processual .....   | 41 |
| 2.1.3. Direito privado e direito público .....   | 42 |
| 2.2. O grau de obrigatoriedade das normas processuais .....  | 44 |
| 2.2.1. Normas dispositivas e normas cogentes .....   | 44 |
| 2.2.2. Normas processuais cogentes e dispositivas .....  | 45 |
| 2.3. As posições subjetivas geradas pelas normas processuais .....   | 46 |
| 2.3.1. Classificação das posições jurídico-subjetivas .....  | 46 |
| 2.3.2. Ônus, deveres e estados de sujeição processuais .....   | 47 |
| 2.4. Relevância da identificação das normas processuais .....  | 49 |
| 2.4.1. Normas processuais civis: competência e espécies legislativas .....                                     | 49 |
| 2.4.2. Normas processuais civis e direito internacional .....  | 50 |
| 2.4.3. Normas processuais civis e direito intertemporal .....  | 50 |
| 2.5. Autonomia epistemológica do direito processual civil .....  | 53 |
| 2.6. Constituição e Processo .....   | 53 |

|  |   |    |
|--|---|----|
| 2.6.1.                                   | Supremacia e efetividade da Constituição .....                            | 53 |
| 2.6.2.                                   | A especialidade da relação entre direito constitucional e processual..... | 54 |
| 2.6.3.                                   | Tutela constitucional do processo .....                                   | 55 |
| 2.6.4.                                   | Jurisdição constitucional .....   | 55 |
| CAPÍTULO 3. PRINCÍPIOS PROCESSUAIS ..... |   | 69 |
| 3.1.                                     | Noções preliminares .....   | 69 |
| 3.2.                                     | Princípios informativos e princípios fundamentais .....                   | 70 |
| 3.2.1.                                   | Princípios informativos.....  | 70 |
| 3.2.1.1.                                 | Princípio lógico .....  | 70 |
| 3.2.1.2.                                 | Princípio jurídico .....  | 71 |
| 3.2.1.3.                                 | Princípio político.....   | 71 |
| 3.2.1.4.                                 | Princípio econômico.....  | 71 |
| 3.2.2.                                   | Princípios fundamentais .....   | 72 |
| 3.2.3.                                   | Ainda é útil a categoria dos princípios informativos? .....               | 72 |
| 3.3.                                     | Princípios fundamentais constitucionais e infraconstitucionais.....       | 73 |
| 3.4.                                     | Inafastabilidade e universalidade da tutela jurisdicional .....           | 74 |
| 3.5.                                     | Efetividade do processo .....   | 75 |
| 3.6.                                     | Devido processo legal .....   | 75 |
| 3.7.                                     | Ampla defesa.....   | 76 |
| 3.8.                                     | Contraditório .....   | 76 |
| 3.9.                                     | Imparcialidade .....  | 77 |
| 3.10.                                    | Juiz natural .....  | 78 |
| 3.11.                                    | Motivação (fundamentação) das decisões .....                              | 78 |
| 3.12.                                    | Publicidade .....   | 79 |
| 3.13.                                    | Razoável duração do processo .....  | 79 |
| 3.14.                                    | Proibição de provas ilícitas .....  | 80 |
| 3.15.                                    | Assistência jurídica integral e gratuita .....                            | 80 |
| 3.16.                                    | Duplo grau de jurisdição.....   | 81 |
| 3.17.                                    | Princípio da inércia inicial da jurisdição.....                           | 81 |
| 3.18.                                    | Impulso oficial .....   | 82 |
| 3.19.                                    | Cooperação.....   | 83 |
| 3.20.                                    | Oralidade .....   | 84 |
| 3.21.                                    | Liberdade em face da jurisdição (inclusive liberdade negocial).....       | 85 |
| 3.22.                                    | Fungibilidade.....  | 85 |
| 3.23.                                    | Lealdade processual e boa-fé.....   | 86 |
| 3.24.                                    | Proporcionalidade.....  | 87 |
| 3.25.                                    | Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos .....      | 88 |

## SUMÁRIO

17

## PARTE II

## JURISDIÇÃO

|   |     |
|---|-----|
| CAPÍTULO 4. JURISDIÇÃO .....  | 115 |
| 4.1. Separação de poderes e jurisdição.....   | 115 |
| 4.2. A evolução até a solução jurisdicional dos conflitos.....                                | 116 |
| 4.3. Conceito e características essenciais.....   | 118 |
| 4.3.1. Atividade sancionatória e não sancionatória.....                                       | 118 |
| 4.3.2. A identificação das normas jurídicas (lei, valor e fato) .....                         | 119 |
| 4.3.3. Jurisdição e Administração Pública .....   | 119 |
| 4.3.4. Substitutividade (imparcialidade essencial).....                                       | 119 |
| 4.3.5. Imperatividade.....  | 120 |
| 4.3.6. Imutabilidade (reserva de sentença) .....  | 120 |
| 4.3.7. Inafastabilidade.....  | 121 |
| 4.3.8. Indelegabilidade.....  | 121 |
| 4.3.9. Inércia .....  | 121 |
| 4.3.10. Conceito-síntese .....  | 121 |
| 4.4. Divisão da jurisdição.....   | 122 |
| 4.4.1. Comum e especial.....  | 122 |
| 4.4.2. Civil e penal .....  | 122 |
| 4.4.3. Contenciosa e voluntária .....   | 122 |
| 4.4.4. Interna e externa.....   | 124 |
| 4.5. Métodos extrajudiciais de solução de conflitos.....                                      | 124 |
| 4.5.1. Autotutela .....   | 125 |
| 4.5.2. Autocomposição .....   | 125 |
| 4.5.3. Mediação e conciliação .....   | 126 |
| 4.5.4. Arbitragem.....  | 127 |
| 4.5.5. O processo administrativo .....  | 128 |
| 4.6. Limites da jurisdição .....  | 129 |
| 4.6.1. Limites internos.....  | 129 |
| 4.6.2. A coexistência do Estado na ordem internacional – Os tribunais<br>supranacionais ..... | 130 |
| 4.6.3. Limites externos pessoais (“imunidades”).....  | 130 |
| 4.6.4. Limites externos objetivos (a “competência” internacional) .....                       | 130 |
| 4.6.4.1. “Competência” exclusiva.....   | 131 |
| 4.6.4.2. “Competência” concorrente .....  | 132 |
| 4.6.4.3. Convenção de foro internacional .....  | 132 |
| 4.6.4.4. A litispendência internacional.....  | 132 |
| 4.7. A jurisdição no Estado contemporâneo .....   | 133 |

|   |     |
|---|-----|
| CAPÍTULO 5. PODER JUDICIÁRIO: ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO.....  | 149 |
| 5.1. Judiciário e função jurisdicional.....   | 150 |
| 5.2. Organização judiciária e Constituição Federal.....   | 150 |
| 5.3. Organização judiciária e Constituições Estaduais.....  | 151 |
| 5.4. Órgãos do Poder Judiciário.....  | 151 |
| 5.5. O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e o Superior Tribunal de Justiça..... | 152 |
| 5.6. Tribunais Regionais Federais e juizes federais.....  | 152 |
| 5.7. Justiças especiais.....  | 153 |
| 5.7.1. Justiça do Trabalho.....   | 153 |
| 5.7.2. Justiça Eleitoral.....   | 154 |
| 5.7.3. Justiça Militar.....   | 154 |
| 5.8. Tribunais e juizes dos Estados.....  | 155 |
| CAPÍTULO 6. COMPETÊNCIA.....  | 163 |
| 6.1. Conceito.....  | 163 |
| 6.2. Critérios para a determinação da competência.....  | 164 |
| 6.2.1. Fontes normativas da competência.....  | 164 |
| 6.3. A importância dos critérios.....   | 165 |
| 6.4. Utilização dos critérios.....  | 165 |
| 6.5. Critério territorial.....  | 166 |
| 6.6. Critério funcional.....  | 170 |
| 6.7. Critérios objetivos.....   | 172 |
| 6.7.1. Valor.....   | 172 |
| 6.7.2. Matéria.....   | 172 |
| 6.7.3. Pessoa ( <i>ratione personae</i> ).....  | 173 |
| 6.8. Competência relativa – Regime jurídico – Formas de impugnação.....                               | 173 |
| 6.9. Competência absoluta – Regime jurídico – Formas de impugnação.....                               | 174 |
| 6.10. Causas modificativas da competência.....  | 175 |
| 6.11. Conexão e continência.....  | 175 |
| 6.12. Prevenção.....  | 177 |
| 6.13. Roteiro prático para a definição da competência.....  | 178 |
| 6.14. Competência-competência.....  | 179 |
| 6.15. Instrumentos de controle da competência.....  | 179 |
| 6.16. Perpetuação da jurisdição.....  | 179 |
| CAPÍTULO 7. COOPERAÇÃO JURISDICIONAL.....   | 197 |
| 7.1. Cooperação internacional.....  | 197 |
| 7.1.1. Noções gerais.....   | 197 |
| 7.1.2. Princípios.....  | 198 |
| 7.1.3. Requisitos.....  | 198 |

## SUMÁRIO

19

|        |   |     |
|--------|---|-----|
| 7.1.4. | Objeto da cooperação jurídica internacional ..... | 199 |
| 7.1.5. | Auxílio direto.....                               | 199 |
| 7.1.6. | Carta rogatória .....                             | 200 |
| 7.2.   | Cooperação nacional .....                         | 201 |
| 7.2.1. | Noções gerais.....                                | 201 |
| 7.2.2. | Modalidades.....                                  | 202 |

## PARTE III

## AÇÃO E DEFESA

|              |  |     |
|--------------|--|-----|
| CAPÍTULO 8.  | DIREITO DE AÇÃO: NATUREZA E CONCEITO .....                                       | 211 |
| 8.1.         | Noção preliminar .....   | 211 |
| 8.2.         | Teorias sobre o direito de ação .....  | 212 |
| 8.2.1.       | Teoria imanentista ou civilista .....  | 212 |
| 8.2.2.       | A polêmica Windscheid x Mütther e o reconhecimento da independência da ação..... | 213 |
| 8.2.3.       | A teoria da ação autônoma e concreta.....  | 213 |
| 8.2.4.       | A teoria da ação como direito potestativo .....                                  | 214 |
| 8.2.5.       | A teoria da ação como direito abstrato.....                                      | 214 |
| 8.2.6.       | A teoria eclética da ação: ação abstrata e condicionada .....                    | 215 |
| 8.2.7.       | A concepção tradicionalmente adotada pelo direito positivo brasileiro.....       | 216 |
| 8.3.         | O exame crítico das diversas teorias .....                                       | 217 |
| 8.3.1.       | A insuficiência de cada teoria – A escalada de posições jurídicas ...            | 217 |
| 8.3.2.       | A extensão do art. 5.º, XXXV, da CF.....   | 218 |
| 8.4.         | Conceito analítico de ação .....   | 218 |
| CAPÍTULO 9.  | ELEMENTOS DA AÇÃO .....  | 225 |
| 9.1.         | Elementos identificadores da ação .....  | 225 |
| 9.2.         | As partes .....  | 227 |
| 9.3.         | O pedido .....   | 227 |
| 9.4.         | A causa de pedir.....  | 228 |
| CAPÍTULO 10. | CONDIÇÕES DA AÇÃO .....  | 235 |
| 10.1.        | Noções gerais.....   | 235 |
| 10.1.1.      | A matriz constitucional do direito de ação.....                                  | 235 |
| 10.1.2.      | A regulação processual do exercício da ação.....                                 | 236 |
| 10.1.3.      | O sistema adotado pelo processo civil brasileiro.....                            | 236 |
| 10.2.        | Interesse processual .....   | 237 |
| 10.2.1.      | Necessidade, utilidade e adequação .....   | 237 |
| 10.2.2.      | Interesse processual e possibilidade jurídica do pedido.....                     | 238 |

|  |   |     |
|--|---|-----|
| 10.2.3.                                    | Síntese.....  | 239 |
| 10.3.                                      | Legitimidade das partes (legitimidade para a causa).....  | 239 |
| 10.3.1.                                    | Legitimação ordinária .....   | 239 |
| 10.3.2.                                    | Legitimação extraordinária (substituição processual e legitimidade extraordinária em sentido estrito) ..... | 240 |
| 10.3.3.                                    | Síntese.....  | 241 |
| 10.4.                                      | Exame crítico da teoria das condições da ação .....   | 241 |
| 10.4.1.                                    | Limitação das condições da ação a aspectos propriamente processuais .....                                   | 241 |
| 10.4.2.                                    | A condição da ação não é necessariamente aferida pela mera asserção do autor .....                          | 242 |
| 10.4.3.                                    | Conclusão .....   | 243 |
| CAPÍTULO 11. CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES ..... |   | 255 |
| 11.1.                                      | Noções gerais .....   | 255 |
| 11.2.                                      | Classificação quanto ao tipo de providência jurisdicional pedida pelo autor....                             | 255 |
| 11.3.                                      | Classificação das ações segundo a tutela requerida pelo autor no processo de conhecimento.....              | 256 |
| 11.3.1.                                    | Ações declaratórias .....   | 256 |
| 11.3.2.                                    | Ações constitutivas .....   | 257 |
| 11.3.3.                                    | Ações condenatórias .....   | 258 |
| 11.3.4.                                    | Ações mandamentais .....  | 259 |
| 11.3.5.                                    | Ações executivas <i>lato sensu</i> .....  | 260 |
| 11.4.                                      | Pluralidade de ações em um mesmo processo .....   | 261 |
| CAPÍTULO 12. EXCEÇÃO (DEFESA DO RÉU).....  |   | 269 |
| 12.1.                                      | Bilateralidade da ação e do processo .....  | 269 |
| 12.2.                                      | Conceito de exceção .....   | 270 |
| 12.3.                                      | Características da exceção .....  | 271 |
| 12.4.                                      | Natureza da exceção .....   | 271 |
| 12.4.1.                                    | A exceção não é ação.....   | 271 |
| 12.4.2.                                    | A defesa não é dever, mas direito e ônus.....   | 272 |
| 12.5.                                      | Classificação das defesas.....  | 273 |
| 12.5.1.                                    | Defesas materiais e defesas processuais .....   | 273 |
| 12.5.2.                                    | Defesas dilatórias e preempatórias.....   | 273 |
| 12.5.3.                                    | Defesas materiais diretas e defesas materiais indiretas.....  | 274 |
| 12.5.4.                                    | Exceções em sentido estrito e objeções.....   | 274 |



## SUMÁRIO

21

PARTE IV  
PROCESSO

|   |         |
|---|---------|
| CAPÍTULO 13. PROCESSO: CONCEITO E NATUREZA.....                                     | 285     |
| 13.1. Procedimento.....   | 285     |
| 13.2. Processo.....   | 286     |
| 13.3. Processo jurisdicional.....   | 286     |
| 13.4. Relação jurídica processual.....  | 286     |
| <br>CAPÍTULO 14. PROCESSO E PROCEDIMENTO E SUAS RESPECTIVAS MODALIDADES .....       | <br>295 |
| 14.1. A distinção entre processo e procedimento .....                               | 295     |
| 14.2. A importância da distinção .....  | 297     |
| 14.3. As modalidades de tutela e os tipos de processo .....                         | 299     |
| 14.3.1. Processo com fase principal de conhecimento (processo “sincrético”) .....   | 300     |
| 14.3.2. Processo de execução.....   | 302     |
| 14.3.3. A eventual autonomia da fase urgente .....                                  | 303     |
| 14.4. Tipos de procedimento .....   | 304     |
| 14.4.1. Procedimento comum.....   | 304     |
| 14.4.2. Procedimentos Especiais.....  | 305     |
| 14.5. A plasticidade do procedimento .....  | 306     |
| 14.5.1. Alteração por convenção das partes.....                                     | 306     |
| 14.5.2. Adaptação pelo juiz: a flexibilidade do procedimento .....                  | 306     |
| <br>CAPÍTULO 15. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS.....                                      | <br>321 |
| 15.1. Noções gerais.....  | 321     |
| 15.2. Pressupostos processuais de existência.....                                   | 322     |
| 15.2.1. Presença do autor (petição inicial) .....                                   | 322     |
| 15.2.2. Jurisdição .....  | 323     |
| 15.2.3. Presença (possibilidade de participação) do réu (“citação”).....            | 323     |
| 15.3. Pressupostos processuais de validade positivos .....                          | 324     |
| 15.3.1. Petição inicial apta.....   | 324     |
| 15.3.2. Órgão jurisdicional competente e juiz imparcial .....                       | 325     |
| 15.3.3. Capacidade de ser parte e capacidade de estar em juízo .....                | 326     |
| 15.4. Pressupostos processuais de validade negativos .....                          | 327     |
| 15.4.1. Litispêndência.....   | 327     |
| 15.4.2. Coisa julgada .....   | 327     |
| 15.5. Regime jurídico.....  | 328     |
| 15.6. A relevância da distinção entre pressupostos de existência e de validade..... | 328     |
| 15.7. Os pressupostos de admissibilidade da tutela jurisdicional.....               | 329     |

|  |  |     |
|--|--|-----|
| 15.8.  | Hipóteses que não constituem pressuposto processual .....  | 329 |
| 15.8.1.  | Convenção de arbitragem .....  | 329 |
| 15.8.2.  | Perempção .....  | 330 |
| 15.8.3.  | Capacidade postulatória: apenas reflexamente é pressuposto de existência .....   | 331 |
| CAPÍTULO 16. PARTES, CAPACIDADE PROCESSUAL, REPRESENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA..... |  | 339 |
| 16.1.  | Partes – Conceito .....  | 339 |
| 16.1.1.  | O momento da definição das partes.....   | 339 |
| 16.1.2.  | Parte e legitimidade para a causa .....  | 340 |
| 16.2.  | Capacidade de ser parte .....  | 340 |
| 16.3.  | Capacidade de estar em juízo.....  | 340 |
| 16.4.  | Representação e assistência.....   | 341 |
| 16.5.  | Capacidade como pressuposto processual .....   | 342 |
| 16.6.  | Capacidade postulatória .....  | 343 |
| CAPÍTULO 17. SUCESSÃO PROCESSUAL .....                                       |  | 353 |
| 17.1.  | Noções gerais .....  | 353 |
| 17.2.  | Sucessão das partes .....  | 353 |
| 17.3.  | Sucessão x substituição.....   | 354 |
| 17.4.  | O regramento da sucessão <i>inter vivos</i> .....  | 354 |
| 17.5.  | Sucessão processual <i>causa mortis</i> .....  | 355 |
| 17.6.  | Sucessão dos procuradores (advogados).....   | 356 |
| CAPÍTULO 18. LITISCONSÓRCIO.....   |  | 363 |
| 18.1.  | Conceito .....   | 363 |
| 18.2.  | Justificativa .....  | 364 |
| 18.3.  | Tipos de litisconsórcio, segundo diferentes modos de classificação .....   | 364 |
| 18.3.1.  | Quanto à cumulação de sujeitos do processo .....   | 364 |
| 18.3.2.  | Quanto ao tempo de sua formação .....  | 364 |
| 18.3.3.  | Quanto à sua obrigatoriedade .....   | 365 |
| 18.3.4.  | Quanto ao tratamento recebido pelos litisconsortes (ou quanto à natureza jurídica da situação material subjacente) ..... | 365 |
| 18.4.  | Litisconsórcio facultativo.....  | 366 |
| 18.4.1.  | Litisconsórcio facultativo simples e unitário .....  | 367 |
| 18.4.2.  | Hipóteses em que se pode formar o litisconsórcio (facultativo) .....   | 368 |
| 18.4.3.  | A quem cabe a escolha pelo litisconsórcio .....  | 368 |
| 18.5.  | Litisconsórcio necessário .....  | 369 |
| 18.5.1.  | Hipóteses de necessidade .....   | 369 |
| 18.5.2.  | Litisconsórcio necessário unitário e simples.....  | 370 |
| 18.6.  | Consequências da não formação de litisconsórcio necessário .....   | 371 |

## SUMÁRIO

23

|   |   |     |
|---|---|-----|
| 18.7.                                       | Regime jurídico do litisconsórcio .....   | 372 |
| 18.8.                                       | Limitação do número de litisconsortes facultativos.....   | 373 |
| CAPÍTULO 19. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS ..... |   | 383 |
| 19.1.                                       | Noções gerais.....  | 384 |
| 19.2.                                       | Definição de terceiro.....  | 384 |
| 19.3.                                       | Justificativa da intervenção de terceiro em processo pendente .....                             | 384 |
| 19.4.                                       | As espécies de intervenção de terceiros: classificação .....                                    | 385 |
| 19.4.1.                                     | Intervenção espontânea e intervenção provocada .....  | 386 |
| 19.4.2.                                     | Classificação conforme a posição jurídica assumida pelo terceiro .....                          | 386 |
| 19.4.3.                                     | Classificação conforme a ocorrência de ampliação do objeto do processo .....                    | 386 |
| 19.5.                                       | Assistência .....   | 387 |
| 19.5.1.                                     | Assistência simples .....   | 387 |
| 19.5.1.1.                                   | Os poderes do assistente simples.....   | 388 |
| 19.5.1.2.                                   | A eficácia da assistência simples (“resultado da intervenção”) .....                            | 389 |
| 19.5.2.                                     | Assistência litisconsorcial .....   | 390 |
| 19.5.2.1.                                   | Os poderes do assistente litisconsorcial.....   | 391 |
| 19.5.2.2.                                   | Submissão à coisa julgada.....  | 392 |
| 19.5.3.                                     | Cabimento formal.....   | 392 |
| 19.5.4.                                     | Momento .....   | 392 |
| 19.5.5.                                     | Processamento da assistência.....   | 393 |
| 19.6.                                       | Denúnciação da lide.....  | 393 |
| 19.6.1.                                     | Noção e finalidades.....  | 393 |
| 19.6.2.                                     | Exemplos .....  | 394 |
| 19.6.3.                                     | Estrutura – Posições processuais .....  | 395 |
| 19.6.4.                                     | Hipóteses .....   | 395 |
| 19.6.4.1.                                   | Evicção .....   | 395 |
| 19.6.4.2.                                   | Demais hipóteses em que a lei ou contrato prevê direito de regresso .....                       | 396 |
| 19.6.4.3.                                   | A controvérsia quanto ao cabimento da denúnciação pela Administração Pública a seu agente ..... | 396 |
| 19.6.5.                                     | Denúnciação sucessiva – Limites.....  | 397 |
| 19.6.6.                                     | Inviabilidade de denúnciação “per saltum” .....   | 398 |
| 19.6.7.                                     | Iniciativa .....  | 398 |
| 19.6.8.                                     | Sede para a denúnciação .....   | 398 |
| 19.6.9.                                     | Momento e via da denúnciação – Ônus de promover-se a citação .....                              | 398 |
| 19.6.10.                                    | Processamento e decisão final.....  | 399 |
| 19.7.                                       | Chamamento ao processo .....  | 400 |
| 19.7.1.                                     | Conceito .....  | 400 |

|                         |  |     |
|-------------------------|--|-----|
| 19.7.2.                 | Finalidade .....   | 401 |
| 19.7.3.                 | Sede para o chamamento .....   | 401 |
| 19.7.4.                 | Facultatividade: extensão do ônus.....   | 402 |
| 19.7.5.                 | Estrutura – Posições jurídicas.....  | 402 |
| 19.7.6.                 | Hipóteses .....  | 403 |
| 19.7.7.                 | Momento .....  | 403 |
| 19.7.8.                 | Processamento .....  | 403 |
| 19.7.9.                 | Efeitos e autoridade da sentença.....  | 404 |
| 19.8.                   | Incidente de desconsideração de personalidade jurídica .....                     | 404 |
| 19.8.1.                 | Noção e finalidades.....   | 404 |
| 19.8.2.                 | Intervenção provocada – Legitimidade para a provocação .....                     | 406 |
| 19.8.3.                 | Objeto e natureza do incidente .....   | 406 |
| 19.8.4.                 | Posição jurídico-processual do interveniente .....                               | 407 |
| 19.8.5.                 | Cabimento formal e momento de instauração do incidente .....                     | 407 |
| 19.8.6.                 | Pleito de desconsideração formulado na inicial.....                              | 407 |
| 19.8.7.                 | Processamento e efeitos .....  | 407 |
| 19.8.8.                 | A decisão do incidente .....   | 408 |
| 19.8.9.                 | Os embargos de terceiro como remédio para impor a observância do incidente ..... | 410 |
| 19.9.                   | <i>Amicus curiae</i> .....   | 411 |
| 19.9.1.                 | Noção e finalidades.....   | 411 |
| 19.9.2.                 | A regra geral e a previsão em normas esparsas.....                               | 412 |
| 19.9.3.                 | Cabimento formal e momento da intervenção.....                                   | 412 |
| 19.9.4.                 | Pressupostos objetivos.....  | 413 |
| 19.9.5.                 | Pressupostos subjetivos .....  | 413 |
| 19.9.6.                 | Irrecorribilidade da decisão sobre o ingresso de <i>amicus curiae</i> .....      | 414 |
| 19.9.7.                 | Os poderes do <i>amicus curiae</i> .....   | 414 |
| 19.9.8.                 | Não atingimento pela coisa julgada .....   | 415 |
| 19.9.9.                 | Ausência de modificação de competência.....                                      | 415 |
| 19.10.                  | Outras hipóteses de intervenção de terceiros.....                                | 415 |
| CAPÍTULO 20. JUIZ ..... |  | 443 |
| 20.1.                   | Noções gerais.....   | 443 |
| 20.2.                   | Poderes do juiz.....   | 446 |
| 20.2.1.                 | Poderes de polícia (ou “administrativos”) .....                                  | 446 |
| 20.2.2.                 | Poderes jurisdicionais.....  | 447 |
| 20.2.2.1.               | Poderes ordinatórios (ou instrumentais).....                                     | 447 |
| 20.2.2.2.               | Poderes instrutórios.....  | 447 |
| 20.2.2.3.               | Poderes de urgência.....   | 447 |
| 20.2.2.4.               | Poderes finais.....  | 448 |

## SUMÁRIO

25

|   |     |
|---|-----|
| 20.3. Deveres do juiz .....   | 448 |
| 20.4. Responsabilidade do juiz .....  | 449 |
| 20.4.1. Responsabilidade penal.....   | 449 |
| 20.4.2. Responsabilidade administrativa .....                                       | 449 |
| 20.4.3. Responsabilidade civil .....  | 450 |
| 20.5. Impedimento e suspeição .....   | 451 |
| 20.5.1. Causas de impedimento.....  | 451 |
| 20.5.2. Causas de suspeição.....  | 452 |
| CAPÍTULO 21. AUXILIARES DA JUSTIÇA.....   | 467 |
| 21.1. Noções gerais.....  | 467 |
| 21.2. Regime jurídico.....  | 468 |
| CAPÍTULO 22. MINISTÉRIO PÚBLICO .....   | 475 |
| 22.1. Noções gerais.....  | 475 |
| 22.2. O Ministério Público como parte no processo civil individual .....            | 476 |
| 22.3. O Ministério Público como fiscal da lei .....                                 | 476 |
| 22.4. A atuação do Ministério Público como <i>custos legis</i> – Regras gerais..... | 477 |
| 22.5. Estrutura do Ministério Público .....   | 478 |
| 22.6. Princípios.....   | 478 |
| CAPÍTULO 23. ADVOCACIA.....   | 493 |
| 23.1. A essencialidade do advogado para a jurisdição .....                          | 493 |
| 23.2. Poder de postulação.....  | 494 |
| 23.3. Mandato (procuração).....   | 495 |
| 23.4. O órgão de classe: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) .....                  | 495 |
| 23.5. Os direitos, deveres e a responsabilidade do advogado.....                    | 496 |
| 23.5.1. Direitos .....  | 496 |
| 23.5.2. Deveres .....   | 496 |
| 23.5.3. Responsabilidade .....  | 497 |
| 23.6. O regime único da advocacia privada e pública .....                           | 497 |
| 23.7. Advocacia pública.....  | 497 |
| 23.7.1. Representação judicial das pessoas jurídicas de direito público ....        | 498 |
| 23.7.2. Intimação pessoal dos advogados públicos.....                               | 498 |
| 23.7.3. Prazos em dobro para a Fazenda Pública.....                                 | 498 |
| 23.7.4. Responsabilidade civil dos advogados públicos.....                          | 498 |
| 23.7.5. A responsabilização por violação dos deveres processuais.....               | 499 |
| 23.7.6. Honorários advocatícios .....   | 499 |
| CAPÍTULO 24. DEFENSORIA PÚBLICA .....   | 509 |
| 24.1. Noções gerais.....  | 509 |

|   |            |
|---|------------|
| 24.2. Atribuições.....  | 510        |
| 24.3. Responsabilidade .....  | 511        |
| 24.4. Prazos .....  | 511        |
| 24.5. Intimação.....  | 512        |
| <b>CAPÍTULO 25. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO .....</b>  | <b>519</b> |
| 25.1. Formação do processo .....  | 519        |
| 25.2. Suspensão do processo.....  | 520        |
| 25.2.1. Noções gerais. Distinção de outras figuras.....   | 520        |
| 25.2.2. Regime jurídico do processo durante a suspensão.....  | 521        |
| 25.2.3. Hipóteses de suspensão previstas no art. 313 .....  | 522        |
| 25.2.3.1. Morte da parte .....  | 522        |
| 25.2.3.2. Perda da capacidade processual da parte .....   | 523        |
| 25.2.3.3. Extinção de pessoa jurídica: suspensão apenas em hipóteses específicas .....  | 523        |
| 25.2.3.4. Morte ou perda da capacidade do representante ou do procurador de qualquer das partes .....   | 524        |
| 25.2.3.5. Convenção das partes .....  | 525        |
| 25.2.3.6. Arguição de impedimento e suspeição do juiz.....  | 526        |
| 25.2.3.7. Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) ou de julgamento de recursos especiais ou extraordinários repetitivos ..... | 527        |
| 25.2.3.8. Questão prejudicial objeto de outro processo civil (prejudicialidade externa).....  | 528        |
| 25.2.3.9. Fatos ou provas.....  | 529        |
| 25.2.3.10. Motivo de força maior .....  | 530        |
| 25.2.3.11. Discussão decorrente de acidentes e fatos da navegação de competência do Tribunal Marítimo .....   | 530        |
| 25.2.3.12. Fato delituoso (prejudicialidade externa penal).....   | 531        |
| 25.2.3.13. Parto ou adoção .....  | 532        |
| 25.2.3.14. Outros casos de suspensão .....  | 532        |
| 25.3. Extinção do processo .....  | 533        |

## PARTE V

## ATOS PROCESSUAIS

|  |            |
|--|------------|
| <b>CAPÍTULO 26. ATOS PROCESSUAIS.....</b>                  | <b>547</b> |
| 26.1. Conceito e espécies.....                             | 547        |
| 26.1.1. Panorama dos fatos e atos jurídicos em geral.....  | 548        |
| 26.1.2. O enquadramento dos atos processuais .....         | 549        |
| 26.1.3. Conceito de ato processual em sentido estrito..... | 549        |
| 26.2. Forma – O princípio da instrumentalidade.....        | 550        |

## SUMÁRIO

27

|   |   |     |
|---|---|-----|
| 26.3.                                   | O emprego da língua portuguesa.....   | 551 |
| 26.4.                                   | Atos processuais por meio eletrônico .....                                    | 552 |
| 26.4.1.                                 | O atual panorama.....   | 552 |
| 26.4.2.                                 | O alcance da Lei 11.419/2006.....   | 553 |
| 26.4.3.                                 | Regras aplicáveis aos processos que atualmente tramitam por meio físico ..... | 554 |
| 26.4.4.                                 | Regras aplicáveis aos processos eletrônicos .....                             | 556 |
| 26.5.                                   | Publicidade .....   | 558 |
| 26.6.                                   | Classificação dos atos dos sujeitos processuais.....                          | 559 |
| 26.7.                                   | Atos das partes .....   | 559 |
| 26.8.                                   | Atos do juiz.....   | 562 |
| 26.8.1.                                 | Sentença.....   | 563 |
| 26.8.2.                                 | Decisão interlocutória.....   | 565 |
| 26.8.3.                                 | Despachos.....  | 566 |
| 26.9.                                   | Atos do escrivão ou chefe de secretaria.....                                  | 566 |
| 26.9.1.                                 | Atos materiais .....  | 566 |
| 26.9.2.                                 | Atos ordinatórios .....   | 567 |
| 26.10.                                  | Atos de terceiros.....  | 568 |
| CAPÍTULO 27. NEGÓCIOS PROCESSUAIS ..... |   | 583 |
| 27.1.                                   | Conceito .....  | 583 |
| 27.2.                                   | A possibilidade de negócios processuais atípicos.....                         | 584 |
| 27.3.                                   | Pressupostos dos negócios processuais.....                                    | 585 |
| 27.3.1.                                 | Pressupostos subjetivos .....   | 586 |
| 27.3.2.                                 | Pressuposto objetivo geral .....  | 586 |
| 27.3.3.                                 | Pressupostos objetivos específicos.....                                       | 587 |
| 27.3.4.                                 | Legitimidade <i>ad actum</i> .....  | 587 |
| 27.4.                                   | Vedação ao abuso .....  | 588 |
| 27.5.                                   | O controle pelo juiz .....  | 589 |
| 27.5.1.                                 | Objeto do controle.....   | 589 |
| 27.5.2.                                 | Recorribilidade .....   | 589 |
| 27.6.                                   | Modalidades de negócios processuais e seus requisitos específicos.....        | 590 |
| 27.6.1.                                 | Pactos meramente procedimentais .....   | 590 |
| 27.6.1.1.                               | Um primeiro exemplo: convenção de calendário processual .....                 | 591 |
| 27.6.1.2.                               | Segundo exemplo: cláusula de eleição de foro.....                             | 591 |
| 27.6.1.3.                               | Negócios procedimentais atípicos .....  | 592 |
| 27.6.2.                                 | Negócios jurídicos com objeto processual em sentido estrito .....             | 592 |
| 27.6.3.                                 | Convenções sobre o objeto da cognição judicial e o meio de prova... ..        | 592 |
| 27.6.3.1.                               | A delimitação consensual como ato de verdade.....                             | 593 |
| 27.6.3.2.                               | A delimitação consensual como ato de vontade .....                            | 594 |

|  |   |     |
|--|---|-----|
| 27.6.3.3.  | Os pactos sobre meio de prova .....   | 595 |
| 27.6.3.4.  | A coexistência das duas modalidades da definição consensual.....                              | 595 |
| 27.6.3.5.  | Diferentes graus de vinculação da jurisdição, num caso e em outro.....                        | 595 |
| CAPÍTULO 28. A INVALIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS ..... |   | 607 |
| 28.1.  | Planos da existência jurídica, da validade e da eficácia.....                                 | 607 |
| 28.2.  | O critério para a classificação das invalidades processuais .....                             | 608 |
| 28.2.1.  | O objetivo da teoria das invalidades processuais .....  | 609 |
| 28.2.2.  | A sanabilidade dos atos processuais.....  | 609 |
| 28.2.3.  | As modalidades de saneamento do ato processual: convalidação, irrelevância e suprimento ..... | 610 |
| 28.2.4.  | O critério de classificação das nulidades à luz das modalidades de saneamento .....           | 610 |
| 28.3.  | Espécies .....  | 612 |
| 28.3.1.  | Mera irregularidade .....   | 612 |
| 28.3.2.  | Nulidade relativa.....  | 612 |
| 28.3.3.  | Nulidade absoluta .....   | 612 |
| 28.3.4.  | Inexistência jurídica .....   | 613 |
| 28.3.5.  | Ressalvas terminológicas .....  | 614 |
| 28.4.  | Diretrizes a respeito da invalidade dos atos processuais .....                                | 615 |
| CAPÍTULO 29. COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS.....   |   | 629 |
| 29.1.  | Citação.....  | 629 |
| 29.1.1.  | Conceito .....  | 629 |
| 29.1.2.  | Efeitos da citação .....  | 630 |
| 29.1.2.1.  | Induz litispendência .....  | 630 |
| 29.1.2.2.  | Torna litigiosa a coisa .....   | 630 |
| 29.1.2.3.  | Constitui em mora.....  | 631 |
| 29.1.3.  | A interrupção do prazo da prescrição .....  | 631 |
| 29.1.4.  | O comparecimento espontâneo do réu .....  | 632 |
| 29.1.5.  | Hipótese especial de comunicação do processo ao réu .....                                     | 632 |
| 29.1.6.  | A personalidade .....   | 634 |
| 29.1.7.  | Local onde se realiza a citação .....   | 634 |
| 29.1.8.  | Circunstâncias em que a citação não se realiza .....  | 635 |
| 29.1.9.  | Classificação .....   | 636 |
| 29.1.9.1.  | Citação real.....   | 636 |
| 29.1.9.1.1.  | Citação pelo correio.....   | 636 |
| 29.1.9.1.2.  | Citação por oficial de justiça.....   | 636 |
| 29.1.9.1.3.  | Citação pelo escrivão ou chefe da secretaria.....   | 637 |



## SUMÁRIO

29

|   |     |
|---|-----|
| 29.1.9.1.4. Citação por meio eletrônico.....  | 637 |
| 29.1.9.2. Citação ficta.....  | 638 |
| 29.1.9.2.1. Citação por edital.....   | 639 |
| 29.1.9.2.2. Citação com hora certa .....  | 640 |
| 29.1.10. Nulidades.....   | 640 |
| 29.2. Intimação.....  | 641 |
| 29.2.1. Conceito .....  | 641 |
| 29.2.2. Destinatário da intimação .....   | 641 |
| 29.2.3. Modo.....   | 642 |
| 29.2.3.1. Intimação eletrônica.....   | 642 |
| 29.2.3.2. Intimação pela imprensa oficial.....  | 643 |
| 29.2.3.3. Intimação mediante carga dos autos.....   | 644 |
| 29.2.3.4. Intimação em audiência.....   | 644 |
| 29.2.3.5. Intimação por oficial de justiça.....   | 644 |
| 29.2.3.6. Intimação pelo correio.....   | 644 |
| 29.2.3.7. Intimação por hora certa ou edital.....   | 645 |
| 29.2.3.8. Intimação pelo advogado da parte .....  | 645 |
| 29.3. Nulidades.....  | 645 |
| CAPÍTULO 30. PRAZOS PROCESSUAIS.....  | 657 |
| 30.1. Devido processo legal, procedimento e prazo.....  | 657 |
| 30.2. Prazos processuais .....  | 658 |
| 30.3. Unidades de contagem dos prazos .....   | 659 |
| 30.4. Prazos legais, prazos judiciais e prazos convencionais .....  | 659 |
| 30.5. Prazos dilatórios e prazos peremptórios .....   | 660 |
| 30.6. Prazos próprios e prazos impróprios .....   | 661 |
| 30.7. Regras gerais quanto à contagem dos prazos .....  | 662 |
| 30.7.1. Definição do termo inicial do prazo para a prática de atos pelo advogado.....                         | 662 |
| 30.7.2. Termo inicial quando há litisconsórcio .....  | 663 |
| 30.7.3. Termo inicial para a prática de atos pela parte ou de terceiro.....                                   | 663 |
| 30.7.4. Ausência de “prematividade” do ato processual.....  | 664 |
| 30.7.5. Exclusão do dia do início e inclusão do dia do fim.....   | 664 |
| 30.7.6. Início da contagem apenas em dia útil.....  | 664 |
| 30.7.7. Dia com horário de expediente forense anormal ou com indisponibilidade da comunicação eletrônica..... | 664 |
| 30.7.8. Cômputo apenas dos dias úteis, nos prazos em dia .....  | 664 |
| 30.7.9. Termo final apenas em dia útil – Prorrogação para o primeiro dia útil subsequente.....                | 664 |
| 30.7.10. Hipóteses de prazo em dobro.....   | 665 |
| 30.7.11. Suspensão e interrupção de prazo.....  | 665 |

|   |     |
|---|-----|
| CAPÍTULO 31. PRECLUSÃO .....            | 675 |
| 31.1. Noções gerais .....               | 675 |
| 31.2. Espécies de preclusão .....       | 676 |
| 31.2.1. Preclusão temporal .....        | 676 |
| 31.2.2. Preclusão consumativa .....     | 676 |
| 31.2.3. Preclusão lógica .....          | 677 |
| 31.3. Preclusão e poderes do juiz ..... | 677 |
| CAPÍTULO 32. CARTAS .....               | 685 |
| 32.1. Noções gerais .....               | 685 |
| 32.2. Espécies .....                    | 686 |
| 32.3. Requisitos .....                  | 687 |
| 32.4. Prazo .....                       | 687 |
| 32.5. Intimação .....                   | 687 |
| 32.6. Caráter “itinerante” .....        | 688 |
| 32.7. Modo de expedição .....           | 688 |
| 32.8. Cumprimento .....                 | 688 |
| OUTRAS OBRAS DOS AUTORES .....          | 693 |

LUIZ RODRIGUES WAMBIER  
EDUARDO TALAMINI

CURSO  
AVANÇADO DE  
PROCESSO CIVIL

COGNIÇÃO JURISDICIONAL  
(PROCESSO COMUM DE CONHECIMENTO  
E TUTELA PROVISÓRIA)

2

20ª edição  
Revista, atualizada e ampliada

Esta edição contém  
**Visual Law**

THOMSON REUTERS  
**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**MILSA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Operações Editoriais:* Alana Fagundes Valério

*Analista de Conteúdo Editorial Júnior:* Bárbara Baraldi

*Estagiárias:* Ana Amalia Strojnowski, Bruna Mestriner e Mirna Adel Nasser

*Produção Editorial*

*Coordenação*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura

*Analistas de Operações Editoriais:* Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patricia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

*Designer Editorial:* Lucas Kfourí

*Estagiárias:* Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

*Capa:* Chrisley Figueiredo

*Adaptação de capa:* Ariel Villalba e Cinthia Riveros

*Lider de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILA FUREGATO DA SILVA**

*Visual Law:* Amanda Juvêncio, Bárbara Baraldi, Emanuel Silva, Lucas Kfourí, Rafael Cattai, Vanessa Mafra e Victória Menezes Pereira

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Assistente de Produção Gráfica:* Ana Paula de Araújo Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Wambier, Luiz Rodrigues  
Curso avançado de processo civil, volume 2 : cognição jurisdicional  
(processo comum de conhecimento e tutela provisória) / Luiz Rodrigues  
Wambier, Eduardo Talamini. -- 20. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo :  
Thomson Reuters Brasil, 2021.

Bibliografia.  
ISBN 978-65-5991-871-3

1. Processo civil 2. Processo civil - Brasil I. Talamini, Eduardo. II. Título.

21-72772

CDU-347.9(81)

---

**Índices para catálogo sistemático:** 1. Brasil : Processo civil 347.9(81)

Cibele Maria Dias Bibliotecária - CRB-8/94274

# SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| SOBRE O MÉTODO E CONTEÚDO DESTE CURSO .....   | 7  |
| APRESENTAÇÃO DA 20. <sup>a</sup> EDIÇÃO ..... | 9  |
| APRESENTAÇÃO DA 16. <sup>a</sup> EDIÇÃO ..... | 11 |

## PRIMEIRA PARTE

### COGNIÇÃO JURISDICIONAL: NOÇÃO E ESPÉCIES

|   |    |
|---|----|
| CAPÍTULO 1 – COGNIÇÃO JURISDICIONAL: INTRODUÇÃO .....                 | 39 |
| 1.1. A cognição no quadro da jurisdição .....                         | 39 |
| 1.2. Cognição e as demais modalidades de atuação jurisdicional .....  | 41 |
| 1.3. Objeto da cognição jurisdicional .....                           | 42 |
| 1.4. Institutos fundamentais da cognição jurisdicional .....          | 42 |
| 1.5. Cognição e definição das normas jurídicas .....                  | 43 |
| CAPÍTULO 2 – MODALIDADES DE COGNIÇÃO .....                            | 49 |
| 2.1. Introdução .....   | 49 |
| 2.2. Plano vertical: cognição exauriente e cognição superficial ..... | 50 |
| 2.3. Plano horizontal: cognição total e parcial .....                 | 51 |
| 2.4. A conjugação das modalidades de cognição .....                   | 51 |

## SEGUNDA PARTE

### PROCEDIMENTO COMUM DO PROCESSO DE CONHECIMENTO: FASE POSTULATÓRIA

|  |    |
|--|----|
| CAPÍTULO 3 – O PROCEDIMENTO COMUM E SUAS FASES ..... | 57 |
| 3.1. Processo plurifásico .....                      | 57 |
| 3.2. O procedimento comum .....                      | 58 |
| 3.3. As fases do procedimento comum .....            | 58 |

|  |     |
|--|-----|
| CAPÍTULO 4 – PETIÇÃO INICIAL .....   | 63  |
| 4.1. Conceito .....  | 63  |
| 4.2. Elementos (“requisitos”) .....  | 64  |
| 4.2.1. Juízo a que é dirigida .....  | 65  |
| 4.2.2. Partes e suas qualificações .....                                   | 65  |
| 4.2.3. Causa de pedir .....  | 67  |
| 4.2.4. O pedido .....  | 69  |
| 4.2.5. O valor da causa .....  | 69  |
| 4.2.6. As provas que serão produzidas .....                                | 70  |
| 4.2.7. Manifestação sobre a audiência de conciliação ou mediação .....     | 71  |
| 4.2.8. Encerramento .....  | 71  |
| 4.3. Emenda à inicial .....  | 72  |
| CAPÍTULO 5 – PEDIDO .....  | 83  |
| 5.1. Noções gerais .....   | 83  |
| 5.2. Certeza e determinação do pedido .....                                | 84  |
| 5.3. Juros legais, correção monetária e verbas de sucumbência .....        | 85  |
| 5.4. Pedido genérico .....   | 87  |
| 5.5. Pedido de prestações sucessivas – Condenação para o futuro .....      | 88  |
| 5.6. Pedido cominatório .....  | 89  |
| 5.7. Pedido nas obrigações alternativas .....                              | 89  |
| 5.8. Cumulação de pedidos .....  | 90  |
| 5.8.1. Cumulação simples de pedidos .....                                  | 90  |
| 5.8.2. Pedidos subsidiários (ou cumulação alternativa eventual) .....      | 91  |
| 5.8.3. Cumulação alternativa simples .....                                 | 92  |
| 5.8.4. Cumulação sucessiva eventual .....                                  | 92  |
| 5.9. Pedido e causa de pedir: limitadores da atividade jurisdicional ..... | 92  |
| 5.10. Aditamento ou alteração do pedido ou da causa de pedir .....         | 93  |
| CAPÍTULO 6 – INDEFERIMENTO DA INICIAL E REJEIÇÃO LIMINAR DO PEDIDO .....   | 103 |
| 6.1. Indeferimento da inicial .....  | 103 |
| 6.1.1. Conflito entre princípios fundamentais .....                        | 104 |
| 6.1.2. Hipóteses de cabimento .....  | 105 |
| 6.1.3. Natureza do pronunciamento e recurso cabível .....                  | 107 |
| 6.1.4. Juízo de retratação na apelação .....                               | 107 |
| 6.1.5. Intimação do réu, na ausência de recurso do autor .....             | 108 |
| 6.1.6. Indeferimento parcial da inicial .....                              | 108 |
| 6.1.7. Indeferimento tardio da inicial .....                               | 108 |
| 6.2. Improcedência liminar do pedido .....                                 | 109 |

## SUMÁRIO

17

|  |  |     |
|--|--|-----|
| 6.2.1.   | Improcedência liminar fundada em precedente.....                         | 109 |
| 6.2.2.   | Reconhecimento liminar de prescrição ou decadência .....                 | 111 |
| 6.2.3.   | Improcedência liminar e devido processo legal .....                      | 112 |
| 6.2.4.   | Natureza da decisão e recurso cabível.....                               | 113 |
| 6.2.5.   | Juízo de retratação.....   | 113 |
| 6.2.6.   | Citação do réu para acompanhamento da apelação .....                     | 113 |
| 6.2.7.   | Comunicação do resultado do julgamento ao réu.....                       | 114 |
| 6.2.8.   | Rejeição liminar e parcial do pedido.....                                | 115 |
| 6.3.   | Aplicação geral .....  | 115 |
| CAPÍTULO 7 – AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO ..... |  | 123 |
| 7.1.   | Noções gerais.....   | 123 |
| 7.2.   | Requisitos .....   | 124 |
| 7.3.   | O cabimento de autocomposição.....                                       | 125 |
| 7.4.   | Quem deve comparecer .....   | 126 |
| 7.5.   | Procedimento.....  | 127 |
| 7.6.   | Utilidade da audiência .....   | 129 |
| 7.7.   | A atuação do conciliador e do mediador – Princípios que a norteiam ..... | 130 |
| CAPÍTULO 8 – CONTESTAÇÃO .....                         |  | 141 |
| 8.1.   | Noção e princípios norteadores .....                                     | 141 |
| 8.1.1.   | Concentração da defesa .....   | 141 |
| 8.1.2.   | Eventualidade .....  | 142 |
| 8.1.3.   | Forma da contestação .....   | 142 |
| 8.2.   | Conteúdo da contestação.....   | 142 |
| 8.2.1.   | Defesas preliminares .....   | 143 |
| 8.2.2.   | Regime jurídico aplicável às preliminares.....                           | 148 |
| 8.2.3.   | Defesas de mérito .....  | 148 |
| 8.2.4.   | Especificação de provas e outras providências.....                       | 148 |
| 8.3.   | Ônus da impugnação específica.....                                       | 148 |
| 8.4.   | Prazo para o oferecimento .....  | 149 |
| CAPÍTULO 9 – RECONVENÇÃO.....                          |  | 161 |
| 9.1.   | Conceito .....   | 161 |
| 9.2.   | Autonomia da reconvenção .....   | 162 |
| 9.3.   | Pressupostos objetivos.....  | 163 |
| 9.3.1.   | Conexão com a ação principal ou com o fundamento da defesa .....         | 163 |
| 9.3.2.   | Competência .....  | 164 |
| 9.3.3.   | Identidade procedimental.....  | 164 |

|                            |   |     |
|----------------------------|---|-----|
| 9.4.                       | Legitimidade .....  | 166 |
| 9.5.                       | Procedimento.....   | 167 |
| 9.6.                       | Reconvenção da reconvenção .....  | 169 |
| CAPÍTULO 10 – REVELIA..... |   | 177 |
| 10.1.                      | Conceito .....  | 177 |
| 10.1.1.                    | Revelia em sentido estrito.....   | 177 |
| 10.1.2.                    | Revelia imprópria (aplicação do regime jurídico da revelia)...                                      | 178 |
| 10.2.                      | Efeitos da revelia.....   | 179 |
| 10.2.1.                    | Presunção de veracidade dos fatos narrados na inicial .....   | 179 |
| 10.2.2.                    | Julgamento antecipado do mérito .....   | 179 |
| 10.2.3.                    | Desnecessidade de intimações do revel .....   | 180 |
| 10.2.4.                    | Inocorrência de questão prejudicial apta a fazer coisa julgada .....                                | 180 |
| 10.3.                      | Efeitos nos casos de equiparação à revelia .....  | 180 |
| 10.4.                      | Inocorrência do efeito principal da revelia .....   | 181 |
| 10.4.1.                    | Contestação por litisconsorte passivo (art. 345, I) .....   | 181 |
| 10.4.2.                    | Ação sobre direitos indisponíveis (art. 345, II) .....  | 182 |
| 10.4.3.                    | Ausência de instrumento substancial (art. 345, III) .....   | 182 |
| 10.4.4.                    | Fatos incompatíveis com os elementos dos autos ou improváveis ou inverossímeis (art. 345, IV) ..... | 182 |
| 10.4.5.                    | Réu preso e citação ficta (curador especial) .....  | 183 |
| 10.4.6.                    | Substituição do assistido pelo assistente.....  | 183 |
| 10.4.7.                    | Decorrências .....  | 183 |
| 10.5.                      | Comparecimento posterior do revel .....   | 184 |

## TERCEIRA PARTE

## SANEAMENTO DO PROCESSO

|   |   |     |
|---|---|-----|
| CAPÍTULO 11 – PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E SANEAMENTO..... |   | 195 |
| 11.1.   | Noções gerais.....  | 195 |
| 11.2.   | Hipóteses em que deve haver providências preliminares – Elenco não exaustivo..... | 195 |
| 11.3.   | Providências preliminares tipificadas no art. 348 e seguintes.....                | 197 |
| 11.3.1.   | Especificação de provas, no caso de ausência do efeito principal da revelia.....  | 197 |
| 11.3.2.   | Defesa material indireta e réplica .....  | 199 |
| 11.3.3.   | Defesa preliminar e réplica .....   | 200 |
| 11.3.4.   | Correção de vícios.....   | 200 |



## SUMÁRIO

19

|   |     |
|---|-----|
| CAPÍTULO 12 – JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO .....  | 205 |
| 12.1. Sentido do instituto .....  | 205 |
| 12.2. Extinção sem julgamento de mérito .....   | 206 |
| 12.3. Decisão de parcial impossibilidade de julgamento do mérito .....  | 207 |
| 12.4. Julgamento “antecipado” do mérito.....  | 207 |
| 12.4.1. Hipóteses de ocorrência .....   | 208 |
| 12.4.2. Terminologia .....  | 209 |
| 12.4.3. Natureza e recorribilidade do pronunciamento .....  | 210 |
| 12.5. Julgamento “antecipado” parcial do mérito .....   | 210 |
| 12.5.1. Hipóteses de ocorrência .....   | 210 |
| 12.5.2. Natureza, eficácia e estabilidade da decisão de julgamento<br>parcial do mérito .....                       | 211 |
| 12.5.3. Honorários de sucumbência .....   | 212 |
| 12.6. Saneamento e organização do processo .....  | 212 |
| 12.6.1. Hipótese de ocorrência .....  | 212 |
| 12.6.2. Terminologia .....  | 213 |
| 12.6.3. Eficiência e duração razoável do processo .....   | 213 |
| 12.6.4. Conteúdo .....  | 213 |
| 12.6.5. A audiência de saneamento compartilhado .....   | 215 |
| 12.6.6. Delimitação consensual de questões controvertidas e negócios<br>processuais por ocasião do saneamento ..... | 216 |
| 12.7. A estabilidade do julgamento conforme o estado do processo.....   | 217 |

## QUARTA PARTE

## PROVAS

|   |     |
|---|-----|
| CAPÍTULO 13 – TEORIA GERAL DAS PROVAS.....  | 231 |
| 13.1. Direito, fato e prova .....   | 231 |
| 13.2. Prova e verdade no processo civil .....                                     | 234 |
| 13.3. Os significados de “prova”: atividade, meio e resultado .....               | 235 |
| 13.4. Os sujeitos da prova.....   | 235 |
| 13.4.1. O juiz como destinatário da prova.....                                    | 235 |
| 13.4.2. Irrelevância da autoria da prova (princípio da comunhão da<br>prova)..... | 236 |
| 13.4.3. Os poderes instrutórios do juiz .....                                     | 236 |
| 13.4.4. O sistema da persuasão racional (livre convencimento moti-<br>vado) ..... | 238 |
| 13.4.5. O direito das partes à prova .....  | 239 |
| 13.4.6. A garantia do contraditório – Necessidade da prova nos<br>autos .....     | 240 |

|  |  |     |
|--|--|-----|
| 13.4.7.  | Dever e ônus de colaborar com a instrução probatória .....                   | 241 |
| 13.4.8.  | Ônus da prova .....  | 242 |
| 13.4.8.1.  | A categoria geral do ônus .....  | 242 |
| 13.4.8.2.  | O conceito de ônus da prova .....  | 243 |
| 13.4.8.3.  | As funções do ônus da prova .....  | 243 |
| 13.4.8.4.  | Ônus da prova é imperfeito .....   | 244 |
| 13.4.8.5.  | A distribuição legal do ônus da prova .....                                  | 244 |
| 13.4.8.6.  | A (re)distribuição dinâmica do ônus da prova .....                           | 246 |
| 13.4.8.7.  | A redistribuição convencional do ônus da prova .....                         | 248 |
| 13.5.  | Objeto da prova .....  | 248 |
| 13.5.1.  | Afirmarções de fatos .....   | 248 |
| 13.5.2.  | A excepcional exigência de prova do direito .....                            | 248 |
| 13.6.  | Ainda o objeto da prova: fatos relevantes, controversos e determinados... .. | 249 |
| 13.6.1.  | Fato relevante .....   | 249 |
| 13.6.2.  | Fato controvertido .....   | 250 |
| 13.6.3.  | Fato notório .....   | 251 |
| 13.6.4.  | Fato determinado .....   | 252 |
| 13.6.5.  | Fato negativo e negativa de fatos: a prova da negação .....                  | 252 |
| 13.7.  | Meios de prova .....   | 254 |
| 13.7.1.  | A distinção entre o meio da prova e o seu resultado .....                    | 254 |
| 13.7.2.  | A admissibilidade dos meios de prova – Meios típicos e atípicos .....        | 254 |
| 13.7.3.  | Ausência de hierarquia entre os meios de prova – Exceções ... ..             | 256 |
| 13.8.  | As regras sobre a forma dos atos jurídicos: direito material .....           | 257 |
| 13.9.  | Prova emprestada .....   | 258 |
| 13.10.   | Prova ilícita .....  | 259 |
| 13.11.   | Indícios, máximas da experiência e presunções absolutas e relativas .....    | 261 |
| 13.12.   | Procedimento probatório .....  | 262 |
| 13.12.1.   | As fases do procedimento probatório .....                                    | 262 |
| 13.12.2.   | A proposição da prova .....  | 262 |
| 13.12.3.   | A admissão da prova .....  | 264 |
| 13.12.4.   | Produção da prova .....  | 264 |
| 13.12.5.   | Alteração da ordem probatória .....  | 265 |
| CAPÍTULO 14 – DEPOIMENTO PESSOAL E CONFISSÃO ..... |  | 283 |
| 14.1.  | Depoimento pessoal .....   | 283 |
| 14.1.1.  | Conceito .....   | 283 |
| 14.1.2.  | Sujeitos .....   | 284 |
| 14.1.3.  | Características: pessoalidade e indelegabilidade .....                       | 284 |
| 14.1.4.  | Possíveis consequências do depoimento pessoal .....                          | 285 |
| 14.1.5.  | Diferenças dos outros meios de prova .....                                   | 286 |

## SUMÁRIO

21

|  |         |
|--|---------|
| 14.1.5.1. Em relação ao meio testemunhal.....  | 286     |
| 14.1.5.2. Em relação ao meio pericial.....   | 287     |
| 14.1.6. Depoimento pessoal e interrogatório.....   | 287     |
| 14.1.7. Legitimidade para requerer o depoimento pessoal – O requerimento de depoimento próprio .....     | 288     |
| 14.1.8. Modo de produção .....   | 289     |
| 14.1.8.1. A formulação de perguntas.....   | 289     |
| 14.1.8.2. O modo de resposta.....  | 290     |
| 14.1.8.3. Depoimento pessoal de parte residente fora da comarca (carta e videoconferência) .....         | 291     |
| 14.1.9. Consequência do não comparecimento e da recusa em responder .....                                | 291     |
| 14.1.10. Justa recusa de responder .....   | 293     |
| 14.2. Confissão .....  | 293     |
| 14.2.1. Conceito, natureza e valor.....  | 293     |
| 14.2.2. Diferenças de outras figuras .....   | 295     |
| 14.2.3. Pressupostos de validade e eficácia.....   | 295     |
| 14.2.4. Outros limites à eficácia da confissão .....   | 297     |
| 14.2.5. Classificação.....   | 298     |
| 14.2.6. Características.....   | 299     |
| 14.2.6.1. Indivisibilidade .....   | 299     |
| 14.2.6.2. Vedação ao conteúdo inovativo .....  | 299     |
| 14.2.6.3. Irrevogabilidade .....   | 300     |
| 14.2.6.4. Anulabilidade .....  | 300     |
| 14.2.7. Confissão por representante.....   | 301     |
| 14.2.8. Confissão real e ficta .....   | 302     |
| <br>CAPÍTULO 15 – PROVA DOCUMENTAL .....   | <br>311 |
| 15.1. Conceito .....   | 311     |
| 15.2. Suporte e conteúdo do documento (fato representativo e fato representado) .....                    | 313     |
| 15.3. Autoria.....   | 313     |
| 15.4. Classificação .....  | 314     |
| 15.5. Força probante dos documentos.....   | 315     |
| 15.5.1. Autenticidade do documento .....   | 316     |
| 15.5.2. Documentos públicos.....   | 316     |
| 15.5.3. Documentos particulares.....   | 317     |
| 15.5.4. Telegrama, radiograma, cartas, registros domésticos, notas do credor e livros empresariais ..... | 318     |
| 15.5.5. Força probante das reproduções.....  | 319     |
| 15.5.6. Perda da eficácia probatória.....  | 320     |

|  |     |
|--|-----|
| 15.6. Instrumento substancial .....  | 320 |
| 15.7. Indivisibilidade .....   | 321 |
| 15.8. Documento estrangeiro .....  | 321 |
| 15.9. Produção da prova documental .....   | 322 |
| 15.10. Documento eletrônico .....  | 323 |
| 15.11. Ata notarial .....  | 325 |
| <br>   |     |
| CAPÍTULO 16 – PROVA TESTEMUNHAL .....  | 333 |
| 16.1. Conceito .....   | 333 |
| 16.2. A testemunha e outros partícipes do processo: distinções .....                     | 334 |
| 16.3. Limites subjetivos da prova testemunhal .....                                      | 335 |
| 16.3.1. Capacidade para testemunhar .....  | 335 |
| 16.3.2. Suspeição da testemunha .....  | 335 |
| 16.3.3. Impedimento da testemunha .....  | 336 |
| 16.3.4. O juiz da própria causa como testemunha .....                                    | 337 |
| 16.3.5. O depoimento como “informante” .....   | 337 |
| 16.4. Limites objetivos da prova testemunhal .....                                       | 337 |
| 16.4.1. Fato relevante .....   | 337 |
| 16.4.2. Fato perceptível sensorialmente .....  | 338 |
| 16.4.3. Fato relacionado com a experiência comum, que não envolva<br>juízo técnico ..... | 338 |
| 16.4.4. Fato não confessado nem documentalmente comprovado .....                         | 339 |
| 16.4.5. Fato que não exija prova documental .....  | 339 |
| 16.5. Deveres e direitos da testemunha .....   | 340 |
| 16.6. Procedimento da prova testemunhal .....  | 342 |
| 16.6.1. Proposição da prova testemunhal .....  | 342 |
| 16.6.2. Deferimento da prova testemunhal .....   | 342 |
| 16.6.3. Apresentação de rol de testemunhas .....   | 342 |
| 16.6.4. Local e momento de produção da prova testemunhal .....                           | 344 |
| 16.6.5. Ordem de oitiva das testemunhas .....  | 344 |
| 16.6.6. Qualificação da testemunha e possível contradita .....                           | 345 |
| 16.6.7. Prestação de compromisso .....   | 345 |
| 16.6.8. Ordem e limites das perguntas .....  | 345 |
| 16.6.9. Documentação do depoimento .....   | 346 |
| 16.6.10. Forma do depoimento .....   | 346 |
| 16.6.11. Acareação .....   | 347 |
| 16.6.12. Oitiva de testemunha referida .....   | 347 |

## SUMÁRIO

23

|  |         |
|--|---------|
| CAPÍTULO 17 – PROVA PERICIAL.....  | 355     |
| 17.1. Conceito .....   | 355     |
| 17.2. Classificação .....  | 357     |
| 17.3. Cabimento .....  | 358     |
| 17.4. O perito.....  | 358     |
| 17.4.1. Cadastro de peritos e de órgãos técnicos e científicos .....                                       | 359     |
| 17.4.2. Preferência por estabelecimento oficial, nas perícias médico-legal e de falsidade documental ..... | 359     |
| 17.4.3. As listas periciais nas varas ou secretarias .....   | 360     |
| 17.4.4. Suspeição e impedimento do perito .....  | 360     |
| 17.4.5. Perícia que exija conhecimentos multidisciplinares .....   | 360     |
| 17.4.6. Escusa e responsabilidade .....  | 361     |
| 17.5. Perito consensual.....   | 362     |
| 17.6. Honorários do perito .....   | 363     |
| 17.7. Assistente técnico .....   | 364     |
| 17.8. Procedimento.....  | 365     |
| 17.8.1. Momento de proposição .....  | 365     |
| 17.8.2. Prazo para conclusão.....  | 365     |
| 17.8.3. Conduta das partes posterior à nomeação do perito .....  | 365     |
| 17.8.4. Quesitos periciais .....   | 365     |
| 17.8.5. Diligências periciais .....  | 366     |
| 17.8.6. Contraditório na produção da prova pericial.....   | 366     |
| 17.8.7. Entrega do laudo e esclarecimentos posteriores.....  | 366     |
| 17.8.8. Segunda perícia .....  | 367     |
| 17.8.9. Perícia por carta .....  | 367     |
| 17.9. O laudo .....  | 367     |
| 17.10. Força probante da perícia .....   | 368     |
| <br>CAPÍTULO 18 – INSPEÇÃO JUDICIAL .....  | <br>375 |
| 18.1. Conceito .....   | 375     |
| 18.2. Objeto .....   | 376     |
| 18.3. Cabimento .....  | 377     |
| 18.4. A garantia do contraditório .....  | 378     |
| 18.5. Documentação .....   | 379     |
| <br>CAPÍTULO 19 – AÇÕES PROBATÓRIAS .....  | <br>383 |
| 19.1. Ações probatórias e direito autônomo à prova.....  | 384     |
| 19.2. Produção antecipada de prova .....   | 385     |
| 19.2.1. Natureza jurídica.....   | 385     |
| 19.2.2. Funções (hipóteses de cabimento) .....   | 385     |

|          |   |     |
|----------|---|-----|
| 19.2.3.  | O empréstimo da prova produzida antecipadamente.....                      | 387 |
| 19.2.4.  | Aplicabilidade a todos os meios de prova .....                            | 387 |
| 19.2.5.  | Competência .....   | 388 |
| 19.2.6.  | Legitimidade .....  | 389 |
| 19.2.7.  | Intervenção de terceiros .....  | 389 |
| 19.2.8.  | O contraditório na produção antecipada .....                              | 390 |
| 19.2.9.  | As regras do procedimento probatório .....                                | 391 |
| 19.2.10. | A decisão final – Efeitos, recorribilidade e estabilidade .....           | 391 |
| 19.2.11. | O destino dos autos e o emprego da prova depois do fim do processo .....  | 392 |
| 19.3.    | Exibição de documentos.....   | 392 |
| 19.3.1.  | Exibição incidental e exibição autônoma .....                             | 392 |
| 19.3.2.  | Documento ou “coisa” .....  | 393 |
| 19.3.3.  | Fundamentos do dever de exhibir o documento .....                         | 393 |
| 19.3.4.  | A distinção entre a exibição de documento pela parte e por terceiro ..... | 393 |
| 19.3.5.  | Legitimidade .....  | 394 |
| 19.3.6.  | Procedimento do pedido de exibição dirigido à parte.....                  | 394 |
| 19.3.7.  | Procedimento do pedido de exibição dirigido ao terceiro .....             | 395 |
| 19.3.8.  | O ônus da prova .....   | 395 |
| 19.3.9.  | Ausência do dever de exibição.....  | 396 |
| 19.3.10. | Consequências da indevida recusa de exibição pela parte .....             | 397 |
| 19.3.11. | Consequências da indevida recusa de exibição por terceiro....             | 398 |
| 19.3.12. | Natureza do incidente e de sua decisão final – Recorribilidade .....      | 399 |
| 19.4.    | Arguição de falsidade .....   | 400 |
| 19.4.1.  | Falsidade material e falsidade ideológica.....                            | 400 |
| 19.4.2.  | Objeto e função da arguição de falsidade.....                             | 400 |
| 19.4.3.  | Natureza – A eventual formulação de ação declaratória incidental .....    | 401 |
| 19.4.4.  | Sede e fase de cabimento .....  | 402 |
| 19.4.5.  | Momento.....  | 402 |
| 19.4.6.  | Legitimidade e interesse processual.....                                  | 403 |
| 19.4.7.  | Competência .....   | 404 |
| 19.4.8.  | Forma do requerimento de arguição.....                                    | 404 |
| 19.4.9.  | A participação do arguido.....  | 404 |
| 19.4.10. | Ônus da prova da falsidade .....  | 405 |
| 19.4.11. | A prova pericial .....  | 405 |
| 19.4.12. | A retirada do documento dos autos .....                                   | 406 |
| 19.4.13. | A resolução da arguição: natureza, efeitos e autoridade.....              | 407 |

## SUMÁRIO

25

|   |     |
|---|-----|
| CAPÍTULO 20 – AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO ..... | 419 |
| 20.1. Conceito .....                                    | 419 |
| 20.2. Características.....                              | 420 |
| 20.3. Atos que antecedem a audiência .....              | 421 |
| 20.4. Fases da audiência .....                          | 423 |
| 20.4.1. Abertura (art. 358 do CPC/2015) .....           | 423 |
| 20.4.2. Tentativa de conciliação .....                  | 423 |
| 20.4.3. Instrução .....                                 | 424 |
| 20.4.4. Debate .....                                    | 425 |
| 20.4.5. Decisão.....                                    | 426 |
| 20.4.6. Documentação .....                              | 427 |
| 20.5. Adiamento da audiência .....                      | 427 |

QUINTA PARTE  
SENTENÇA

|   |     |
|---|-----|
| CAPÍTULO 21 – SENTENÇA.....   | 435 |
| 21.1. Conceito .....  | 435 |
| 21.2. Sentença (como ato de primeiro grau) e acórdão com conteúdo e efeitos de sentença ..... | 437 |
| 21.3. Sentença e mérito da causa .....  | 437 |
| 21.4. Sentenças processuais (sentenças terminativas) .....                                    | 438 |
| 21.4.1. Sentenças processuais de inadmissibilidade da tutela jurisdicional .....              | 438 |
| 21.4.2. Sentença de indeferimento da petição inicial.....                                     | 440 |
| 21.4.3. Paralisação do processo por mais de um ano .....                                      | 440 |
| 21.4.4. Abandono do processo pelo autor .....   | 441 |
| 21.4.5. Perempção.....  | 442 |
| 21.4.6. Convenção arbitral.....   | 442 |
| 21.4.7. Desistência da ação.....  | 443 |
| 21.4.8. Morte da parte e ação intransmissível.....  | 444 |
| 21.4.9. A (relativa) estabilidade da sentença terminativa .....                               | 445 |
| 21.5. Sentenças de mérito .....   | 445 |
| 21.5.1. Sentença de acolhimento ou rejeição do pedido .....                                   | 446 |
| 21.5.2. Sentenças de “homologação” de atos de disposição de vontade .....                     | 446 |
| 21.5.3. Prescrição e decadência .....   | 447 |
| 21.6. Primazia da resolução de mérito .....   | 449 |
| 21.7. Consideração de fatos novos na sentença .....   | 450 |
| 21.8. Decisão interlocutória com conteúdo dos arts. 485 ou 487.....                           | 451 |

|   |     |
|---|-----|
| 21.9. Elementos .....   | 451 |
| 21.9.1. Relatório .....   | 451 |
| 21.9.2. Motivação .....   | 452 |
| 21.9.3. Dispositivo .....   | 454 |
| 21.9.4. Interpretação da sentença .....   | 455 |
| 21.10. Efeitos da sentença.....   | 455 |
| 21.10.1. Efeitos principais .....   | 455 |
| 21.10.2. Efeitos anexos .....   | 457 |
| 21.10.3. Efeitos secundários.....   | 457 |
| 21.11. Ordem cronológica de conclusão.....  | 458 |
| 21.12. Vícios da sentença – Princípio da congruência .....                                    | 459 |
| <br>  |     |
| CAPÍTULO 22 – REMESSA NECESSÁRIA .....  | 475 |
| 22.1. Noções gerais.....  | 475 |
| 22.2. Denominação do instituto .....  | 476 |
| 22.3. Natureza jurídica .....   | 477 |
| 22.4. Hipóteses de cabimento .....  | 477 |
| 22.4.1. Sentenças contrárias à Fazenda Pública.....   | 477 |
| 22.4.2. Exceções.....   | 478 |
| 22.4.3. A inexistência do recurso – O conhecimento e a extensão do<br>recurso .....           | 478 |
| 22.4.4. O reexame necessário na ação monitória.....   | 479 |
| 22.4.5. Duas hipóteses ainda controvertidas quanto ao cabimento da<br>remessa necessária..... | 479 |
| 22.4.6. Ações de competência originária dos Tribunais: ausência de<br>reexame.....            | 481 |
| 22.4.7. Previsões de remessa necessária em leis esparsas.....                                 | 481 |
| 22.5. Processamento .....   | 481 |
| 22.6. A vedação da reforma para pior .....  | 482 |
| <br>  |     |
| SEXTA PARTE   |     |
| RECURSOS  |     |
| <br>  |     |
| CAPÍTULO 23 – TEORIA GERAL DOS RECURSOS .....   | 491 |
| 23.1. Conceito e natureza jurídica .....  | 491 |
| 23.2. Recurso, duplo exame e duplo grau.....  | 493 |
| 23.3. Espécies recursais .....  | 496 |
| 23.4. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.....   | 497 |
| 23.5. Pressupostos de admissibilidade recursal .....  | 498 |
| 23.5.1. Cabimento – A fungibilidade recursal .....  | 499 |



## SUMÁRIO

27

|   |            |
|---|------------|
| 23.5.2. Legitimidade recursal.....  | 500        |
| 23.5.3. Interesse recursal.....   | 502        |
| 23.5.4. Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer .....     | 504        |
| 23.5.5. Tempestividade .....  | 506        |
| 23.5.6. Regularidade formal .....   | 508        |
| 23.5.7. Preparo.....  | 509        |
| 23.6. Dever de prevenção recursal .....   | 511        |
| 23.7. Competência para o juízo de admissibilidade e o juízo de mérito .....         | 514        |
| 23.8. Efeitos.....  | 515        |
| 23.8.1. Efeito devolutivo .....   | 515        |
| 23.8.2. Efeito suspensivo .....   | 519        |
| 23.9. Classificação .....   | 519        |
| 23.9.1. Recursos ordinários e extraordinários .....                                 | 519        |
| 23.9.2. Recursos de fundamentação livre e recursos de fundamentação vinculada.....  | 520        |
| 23.10. Desistência do recurso .....   | 520        |
| <b>CAPÍTULO 24 – APELAÇÃO.....</b>  | <b>543</b> |
| 24.1. Noção.....  | 543        |
| 24.2. Objeto: sentença e questões decididas por interlocutórias não agraváveis .... | 544        |
| 24.3. Legitimidade e interesse recursal .....                                       | 545        |
| 24.4. Os vícios (erros) impugnáveis e o modo de corrigi-los.....                    | 546        |
| 24.5. Interposição .....  | 547        |
| 24.6. Juízo de retratação .....   | 548        |
| 24.7. Conteúdo .....  | 548        |
| 24.8. Efeitos .....   | 549        |
| 24.8.1. Efeito devolutivo.....  | 549        |
| 24.8.2. Efeito suspensivo <i>ope legis</i> , em regra .....                         | 553        |
| 24.9. Processamento em primeiro grau .....  | 554        |
| 24.10. Processamento em segundo grau.....   | 554        |
| <b>CAPÍTULO 25 – AGRAVO DE INSTRUMENTO .....</b>                                    | <b>569</b> |
| 25.1. Noções gerais – Cabimento.....  | 569        |
| 25.2. Prazo e modo de interposição.....   | 576        |
| 25.3. Providências em primeiro grau de jurisdição.....                              | 577        |
| 25.3.1. Juntada de cópia do agravo pelo recorrente .....                            | 577        |
| 25.3.2. Juízo de retratação.....  | 578        |
| 25.4. Procedimento em segundo grau de jurisdição .....                              | 579        |
| 25.5. Efeito suspensivo e ativo.....  | 580        |

|   |     |
|---|-----|
| CAPÍTULO 26 – AGRAVO INTERNO .....  | 595 |
| 26.1. Noções gerais .....   | 595 |
| 26.2. Objeto .....  | 596 |
| 26.3. Procedimento.....   | 597 |
| 26.4. Efeitos .....   | 599 |
| 26.5. Fundamentação do acórdão.....   | 599 |
| 26.6. Manifesta inadmissibilidade ou improcedência e multa .....                  | 599 |
| 26.7. Fungibilidade.....  | 600 |
| 26.8. Uniformização do prazo.....   | 600 |
| <br>  |     |
| CAPÍTULO 27 – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO .....  | 611 |
| 27.1. Noções gerais.....  | 611 |
| 27.2. Objeto .....  | 612 |
| 27.3. Funções .....   | 612 |
| 27.3.1. Esclarecimento da decisão.....  | 613 |
| 27.3.2. Suprimento de omissão .....   | 613 |
| 27.3.3. Correção de erro material.....  | 614 |
| 27.4. Embargos declaratórios e caráter infringente.....                           | 615 |
| 27.4.1. Efeito infringente como consequência do normal emprego dos embargos ..... | 615 |
| 27.4.2. O caráter puramente infringente .....                                     | 615 |
| 27.4.3. Caráter infringente e contraditório .....                                 | 616 |
| 27.4.4. Modificação da decisão e recurso subsequente .....                        | 616 |
| 27.5. Embargos e prequestionamento.....   | 617 |
| 27.6. Procedimento.....   | 618 |
| 27.7. Efeitos .....   | 618 |
| 27.7.1. Efeito devolutivo .....   | 618 |
| 27.7.2. Efeito interruptivo de prazos recursais .....                             | 619 |
| 27.7.3. Ausência de automático efeito suspensivo.....                             | 619 |
| 27.7.4. Os embargos declaratórios nos Juizados Especiais .....                    | 620 |
| 27.8. Embargos protelatórios.....   | 621 |
| <br>  |     |
| CAPÍTULO 28 – RECURSO ORDINÁRIO .....   | 631 |
| 28.1. Noções gerais.....  | 631 |
| 28.2. Hipóteses de cabimento .....  | 632 |
| 28.3. Competência.....  | 634 |
| 28.4. Os demais pressupostos de admissibilidade recursal.....                     | 634 |
| 28.5. Procedimento.....   | 634 |
| 28.6. Efeitos .....   | 636 |

## SUMÁRIO

29

|   |         |
|---|---------|
| CAPÍTULO 29 – RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL.....                    | 641     |
| 29.1. Noções gerais acerca dos recursos extraordinários <i>lato sensu</i> ..... | 641     |
| 29.2. Cabimento .....   | 643     |
| 29.2.1. Recurso extraordinário.....   | 644     |
| 29.2.2. Recurso especial.....   | 646     |
| 29.3. Repercussão geral no recurso extraordinário.....                          | 647     |
| 29.4. Prequestionamento.....  | 650     |
| 29.5. Procedimento.....   | 653     |
| 29.6. Fungibilidade e dever de prevenção.....                                   | 657     |
| 29.7. Efeitos.....  | 658     |
| 29.7.1. Ausência de efeito suspensivo, em regra.....                            | 658     |
| 29.7.2. Efeito devolutivo.....  | 659     |
| 29.8. Agravo em recurso especial ou extraordinário.....                         | 659     |
| 29.9. Embargos de divergência .....   | 662     |
| 29.9.1. Cabimento .....   | 662     |
| 29.9.2. A comprovação e aferição da divergência .....                           | 662     |
| 29.9.3. Procedimento conforme as regras regimentais .....                       | 663     |
| 29.9.4. Interrupção do prazo para recurso extraordinário .....                  | 663     |
| <br>CAPÍTULO 30 – PROCEDIMENTO DE RECURSOS REPETITIVOS.....                     | <br>685 |
| 30.1. Noções gerais – “Julgamento por amostragem” .....                         | 685     |
| 30.2. “Recursos-amostra” .....  | 687     |
| 30.3. Decisão de afetação.....  | 688     |
| 30.4. Os efeitos da instauração do procedimento .....                           | 689     |
| 30.5. Distinção.....  | 690     |
| 30.6. Processamento no Tribunal Superior e julgamento .....                     | 691     |
| 30.7. Efeitos.....  | 692     |
| 30.7.1. Efeitos conforme grau de jurisdição e fase do processo .....            | 692     |
| 30.7.2. A incidência dos efeitos sobre atividades reguladas .....               | 694     |
| 30.7.3. Força vinculante “média”.....   | 694     |
| 30.7.4. Força vinculante em sentido estrito: cabimento de reclamação.....       | 695     |
| 30.7.5. Modulação dos efeitos.....  | 695     |
| 30.8. Desistência.....  | 696     |
| 30.8.1. Desistência nas ações atingidas pela decisão-quadro .....               | 696     |
| 30.8.2. Desistência do recurso-amostra .....                                    | 696     |
| <br>CAPÍTULO 31 – RECURSO ADESIVO .....   | <br>707 |
| 31.1. Noções gerais.....  | 707     |
| 31.2. Recursos que comportam a adesividade .....                                | 708     |

|   |     |
|---|-----|
| 31.3. Procedimento.....                               | 709 |
| 31.4. Regime jurídico e juízo de admissibilidade..... | 710 |
| 31.5. Recurso adesivo a recurso adesivo .....         | 710 |

## SÉTIMA PARTE

## OUTROS PROCESSOS E INCIDENTES NOS TRIBUNAIS

|  |     |
|--|-----|
| CAPÍTULO 32 – CONFLITO DE COMPETÊNCIA.....   | 717 |
| 32.1. Noções gerais.....   | 717 |
| 32.2. Natureza jurídica .....  | 718 |
| 32.3. Legitimidade .....   | 718 |
| 32.4. Competência.....   | 718 |
| 32.5. Procedimento.....  | 719 |
| 32.6. Efeitos .....  | 720 |
| 32.7. O falso conflito de competência entre tribunal arbitral e juiz estatal.....                    | 720 |
| CAPÍTULO 33 – HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E DA CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA ..... | 727 |
| 33.1. Noções gerais.....   | 727 |
| 33.2. Natureza jurídica .....  | 729 |
| 33.3. Requisitos .....   | 729 |
| 33.4. Legislação aplicável.....  | 731 |
| 33.5. Eficácia nacional .....  | 731 |
| 33.6. Procedimento.....  | 731 |
| 33.7. Execução fiscal.....   | 733 |
| 33.8. Sentença estrangeira de divórcio.....  | 733 |
| 33.9. Medidas de urgência .....  | 733 |
| 33.10. Cumprimento .....   | 733 |

## OITAVA PARTE

PRECEDENTES JUDICIAIS E MECANISMOS DE  
SOLUÇÃO DE CONFLITOS REITERADOS

|   |     |
|---|-----|
| CAPÍTULO 34 – PRECEDENTES JUDICIAIS.....                            | 743 |
| 34.1. Noções gerais.....  | 743 |
| 34.2. Força vinculante .....  | 745 |
| 34.2.1. Vinculação padrão .....                                     | 746 |
| 34.2.2. Vinculação média .....                                      | 747 |
| 34.2.3. Vinculação forte (força vinculante em sentido estrito)..... | 748 |

## SUMÁRIO

31

|   |  |     |
|---|--|-----|
| 34.3.   | A força vinculante no processo civil brasileiro .....  | 748 |
| 34.3.1.   | Decisões com força vinculante previstas na Constituição .....  | 748 |
| 34.3.2.   | A disciplina do CPC .....  | 749 |
| 34.4.   | Uniformização da jurisprudência .....  | 749 |
| 34.5.   | Estabilidade, integridade e coerência.....   | 750 |
| 34.6.   | Modificação de entendimento sedimentado (superação) .....  | 753 |
| 34.7.   | Publicidade .....  | 754 |
| 34.8.   | Método de formação .....   | 754 |
| 34.9.   | Distinção de fatos ( <i>distinguishing</i> ): Consideração de novas questões jurídicas.....              | 755 |
| CAPÍTULO 35 – INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA .....                  |  | 769 |
| 35.1.   | Noções gerais.....   | 769 |
| 35.2.   | Pressupostos .....   | 770 |
| 35.3.   | Legitimidade .....   | 771 |
| 35.4.   | Competência.....   | 772 |
| 35.5.   | Procedimento.....  | 772 |
| 35.6.   | Efeitos .....  | 772 |
| CAPÍTULO 36 – INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR) ..... |  | 779 |
| 36.1.   | Noções gerais.....   | 779 |
| 36.2.   | Função .....   | 781 |
| 36.3.   | Pressupostos objetivos .....   | 781 |
| 36.4.   | Limites temporais .....  | 782 |
| 36.5.   | Órgãos competentes.....  | 783 |
| 36.6.   | Legitimados .....  | 783 |
| 36.7.   | Princípios vetores do incidente procedimental.....   | 784 |
| 36.8.   | O caráter objetivo do incidente.....   | 785 |
| 36.8.1.   | Força vinculante .....   | 785 |
| 36.8.2.   | Desistência da ação ou recurso-amostra não interrompe o incidente .....                                  | 786 |
| 36.8.3.   | A coexistência de juízos sobre a questão repetitiva e sobre o caso específico que serve de amostra ..... | 786 |
| 36.9.   | Contraditório .....  | 786 |
| 36.10.  | Instrução.....   | 788 |
| 36.11.  | Eficácia suspensiva da instauração do incidente.....   | 788 |
| 36.11.1.  | Extensão a todo território nacional .....  | 788 |
| 36.11.2.  | Meio de controle da distinção.....   | 789 |
| 36.11.3.  | Tutela de urgência durante a suspensão.....  | 789 |

|  |         |
|--|---------|
| 36.11.4. Duração da suspensão .....  | 790     |
| 36.12. Recorribilidade da decisão do incidente .....   | 790     |
| 36.12.1. Presença da repercussão geral.....  | 790     |
| 36.12.2. Submissão do recurso especial ou extraordinário ao procedi-<br>mento de repetitivos.....      | 791     |
| 36.12.3. Eficácia suspensiva.....  | 791     |
| 36.12.4. Legitimidade recursal.....  | 791     |
| 36.13. Possibilidade de revisão da tese jurídica .....   | 791     |
| 36.13.1. Fundamentos da revisão.....   | 791     |
| 36.13.2. Legitimidade para o pedido de revisão .....   | 792     |
| 36.13.3. Contraditório, ampla publicidade e fundamentação.....   | 793     |
| 36.13.4. Modulação de efeitos.....   | 793     |
| <br>CAPÍTULO 37 – SÚMULA VINCULANTE .....  | <br>805 |
| 37.1. A previsão constitucional .....  | 805     |
| 37.2. Natureza jurídica .....  | 806     |
| 37.3. Matéria de cognição e objeto do processo objetivo da súmula vinculan-<br>te.....                 | 807     |
| 37.4. A disciplina infraconstitucional .....   | 809     |
| 37.5. As normas do Regimento Interno do STF e a garantia do contraditório ....                         | 812     |
| <br>CAPÍTULO 38 – INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE....                                   | <br>823 |
| 38.1. Noções gerais.....   | 823     |
| 38.2. Natureza Jurídica .....  | 825     |
| 38.3. As hipóteses de instauração do incidente .....   | 825     |
| 38.4. Competência e quórum de declaração de inconstitucionalidade.....                                 | 827     |
| 38.5. Legitimidade .....   | 828     |
| 38.6. Procedimento.....  | 828     |
| 38.7. Intervenção de <i>amici curiae</i> .....   | 829     |
| 38.8. Recorribilidade .....  | 829     |
| 38.9. Questão constitucional repetitiva .....  | 830     |
| <br>CAPÍTULO 39 – RECLAMAÇÃO .....   | <br>837 |
| 39.1. Força vinculante e reclamação.....   | 837     |
| 39.2. Fundamentos, objeto e função da reclamação .....   | 838     |
| 39.3. Natureza jurídica .....  | 839     |
| 39.4. Autonomia da reclamação em face dos recursos judiciais e de outras<br>medidas impugnativas ..... | 840     |
| 39.5. Legitimação ativa e passiva – Participação do Ministério Público .....                           | 841     |
| 39.6. Competência.....   | 842     |

## SUMÁRIO

33

|   |     |
|---|-----|
| 39.7. Cabimento de medida urgente .....                   | 842 |
| 39.8. Limites à cognição jurisdicional .....              | 842 |
| 39.9. A decisão da reclamação: efeitos e autoridade ..... | 843 |
| 39.10. Recursos.....                                      | 844 |

## NONA PARTE

## COISA JULGADA E SUA REVISÃO

|  |     |
|--|-----|
| CAPÍTULO 40 – COISA JULGADA.....   | 853 |
| 40.1. Conceito de coisa julgada material .....   | 854 |
| 40.1.1. Âmbito de incidência .....   | 854 |
| 40.1.2. Trânsito em julgado .....  | 854 |
| 40.1.3. Coisa julgada e efeitos da sentença .....  | 855 |
| 40.1.4. Coisa julgada e cognição superficial .....   | 855 |
| 40.2. Coisa julgada formal e coisa julgada material .....                                  | 856 |
| 40.3. Coisa julgada e Constituição .....   | 856 |
| 40.4. Coisa julgada e ordem pública – Negócio processual .....                             | 857 |
| 40.5. Limites objetivos da coisa julgada .....   | 858 |
| 40.5.1. Objeto do processo (pedido e causa de pedir) .....                                 | 858 |
| 40.5.2. Objeto idêntico ou incompatível .....  | 859 |
| 40.5.3. Limitação ao dispositivo sentencial .....  | 859 |
| 40.5.4. Questões prejudiciais e coisa julgada .....  | 860 |
| 40.5.4.1. Coisa julgada da resolução de questões prejudiciais ...                          | 861 |
| 40.5.4.2. Extinção da ação declaratória incidental, no CPC/2015,<br>como figura geral..... | 862 |
| 40.5.4.3. Pressuposto necessário para o julgamento da lide ...                             | 862 |
| 40.5.4.4. Contraditório prévio e questão prejudicial.....                                  | 864 |
| 40.5.4.5. Contraditório efetivo e questão prejudicial .....                                | 864 |
| 40.5.4.6. Revelia e não formação da questão prejudicial .....                              | 864 |
| 40.5.4.7. Cognição plena e questão prejudicial .....                                       | 865 |
| 40.5.4.8. Competência absoluta para a questão prejudicial....                              | 865 |
| 40.5.4.9. Litisconsórcio necessário para a questão prejudicial....                         | 865 |
| 40.5.4.10. Decisão expressa sobre a questão prejudicial .....                              | 866 |
| 40.5.4.11. Desnecessidade de inserção formal no comando .....                              | 866 |
| 40.6. Ainda os limites objetivos da coisa julgada: os limites temporais .....              | 866 |
| 40.6.1. Momento em relação ao qual a coisa julgada opera .....                             | 866 |
| 40.6.2. Relações jurídicas continuativas .....   | 867 |
| 40.7. Eficácia preclusiva da coisa julgada .....   | 869 |
| 40.8. Limites subjetivos da coisa julgada .....  | 870 |
| 40.8.1. Limites subjetivos e garantias constitucionais .....                               | 870 |

|   |            |
|---|------------|
| 40.8.2. Extensão dos efeitos a terceiros .....  | 870        |
| 40.8.3. Terceiros titulares de direitos comuns ou de direitos ou ações concorrentes ..... | 870        |
| 40.8.4. Substituição processual e coisa julgada .....                                     | 872        |
| 40.8.5. Terceiros intervenientes e coisa julgada .....                                    | 872        |
| 40.9. Eficácia negativa e eficácia positiva da coisa julgada .....                        | 872        |
| 40.10. A “relativização” da coisa julgada .....   | 873        |
| <b>CAPÍTULO 41 – AÇÃO RESCISÓRIA.....</b>   | <b>889</b> |
| 41.1. Conceito e natureza jurídica .....  | 890        |
| 41.2. Objeto .....  | 891        |
| 41.2.1. Sentenças, interlocutórias de mérito e acórdãos .....                             | 891        |
| 41.2.2. Desnecessidade de exaurimento recursal.....                                       | 891        |
| 41.2.3. Ações principais ou incidentais – Procedimento comum ou especial – Exceções ..... | 891        |
| 41.2.4. Rescisória parcial .....  | 892        |
| 41.2.5. Rescisória de rescisória .....  | 892        |
| 41.2.6. Decisões revestidas de coisa julgada material .....                               | 892        |
| 41.2.7. O art. 966, § 2.º .....   | 892        |
| 41.2.8. Decisões juridicamente inexistentes ou absolutamente ineficazes .....             | 894        |
| 41.3. Hipóteses de cabimento .....  | 895        |
| 41.3.1. Concussão, prevaricação e corrupção do juiz .....                                 | 895        |
| 41.3.2. Impedimento do juiz – Incompetência absoluta do juízo .....                       | 896        |
| 41.3.3. Defeito na conduta das partes .....   | 897        |
| 41.3.3.1. Dolo ou coação do vencedor .....  | 897        |
| 41.3.3.2. Colusão entre as partes.....  | 897        |
| 41.3.4. Violação à coisa julgada .....  | 898        |
| 41.3.5. Violação manifesta de norma jurídica.....   | 899        |
| 41.3.6. Falsidade da prova.....   | 901        |
| 41.3.7. Prova nova.....   | 902        |
| 41.3.8. Erro de fato .....  | 903        |
| 41.4. Atos de disposição de direitos homologados em juízo.....                            | 903        |
| 41.5. Competência.....  | 905        |
| 41.5.1. O critério para definição de competência .....                                    | 905        |
| 41.5.2. A emenda da inicial e a correção de competência .....                             | 905        |
| 41.6. Legitimidade ativa.....   | 906        |
| 41.7. Peculiaridades processuais e procedimentais.....                                    | 907        |
| 41.7.1. Caução prévia e multa.....  | 907        |
| 41.7.2. Ausência de eficácia suspensiva.....  | 908        |
| 41.7.3. Indeferimento ou improcedência liminares.....                                     | 908        |



## SUMÁRIO

35

|  |     |
|--|-----|
| 41.7.4. Prazo para contestação .....                           | 908 |
| 41.7.5. Ausência do efeito principal da revelia .....          | 909 |
| 41.7.6. Instrução probatória.....                              | 909 |
| 41.7.7. Razões finais.....                                     | 909 |
| 41.7.8. Mudança de órgão julgador em caso de divergência ..... | 909 |
| 41.7.9. Juízo rescindente e juízo rescisório .....             | 910 |
| 41.8. Prazo para ajuizamento.....                              | 910 |

## DÉCIMA PARTE

## COGNIÇÃO SUMÁRIA NO PROCEDIMENTO COMUM

|  |     |
|--|-----|
| CAPÍTULO 42 – TUTELA PROVISÓRIA .....                                      | 929 |
| 42.1. Fundamentos constitucionais da tutela provisória .....               | 930 |
| 42.2. Panorama da tutela provisória no CPC/2015.....                       | 931 |
| 42.2.1. Tutela de urgência e tutela de evidência .....                     | 931 |
| 42.2.2. Tutela de urgência cautelar e antecipada .....                     | 932 |
| 42.2.3. Tutela de urgência incidental e antecedente .....                  | 932 |
| 42.2.4. Eliminação da duplicidade de processos.....                        | 932 |
| 42.2.5. O ônus da formulação do pedido principal.....                      | 933 |
| 42.2.6. Estabilização da tutela antecipada .....                           | 933 |
| 42.3. Atividade jurisdicional urgente.....                                 | 934 |
| 42.4. A unificação de regime das medidas de urgência incidentais .....     | 934 |
| 42.4.1. Características comuns.....  | 935 |
| 42.4.2. Diferença quantitativa .....                                       | 935 |
| 42.4.3. Direito autônomo à proteção urgente .....                          | 936 |
| 42.4.4. Decorrências práticas .....  | 939 |
| 42.5. Os limites da unidade de regime das medidas urgentes .....           | 940 |
| 42.6. Normas gerais da tutela provisória .....                             | 941 |
| 42.6.1. Momento de concessão .....   | 941 |
| 42.6.2. Modalidades processuais que comportam tutela provisória....        | 942 |
| 42.6.3. Competência .....  | 942 |
| 42.6.4. Impossibilidade de concessão de ofício – Legitimação .....         | 943 |
| 42.6.5. Reversibilidade.....   | 944 |
| 42.6.6. Mutabilidade e revogabilidade.....                                 | 945 |
| 42.6.7. Fundamentação da decisão.....                                      | 946 |
| 42.6.8. Impugnabilidade .....  | 947 |
| 42.6.9. Execução.....  | 947 |
| 42.6.10. Cessação de eficácia .....  | 948 |
| 42.6.11. Proibição de repetição – Inatingibilidade do pedido principal.... | 949 |
| 42.6.12. Responsabilidade objetiva .....                                   | 950 |

|   |     |
|---|-----|
| 42.7. Normas gerais da tutela urgente .....   | 951 |
| 42.7.1. Pressupostos.....   | 951 |
| 42.7.1.1. Probabilidade do direito .....  | 952 |
| 42.7.1.2. Perigo na demora ou perigo de danos irreparáveis ou de difícil reparação .....        | 953 |
| 42.7.1.3. Ausência de gradação abstrata entre os requisitos para a tutela urgente.....          | 954 |
| 42.7.1.4. Balanceamento .....   | 955 |
| 42.7.2. Caução .....  | 955 |
| 42.7.3. Modalidades de tutela urgente.....  | 955 |
| 42.8. Tutela cautelar antecedente.....  | 957 |
| 42.8.1. Petição inicial.....  | 957 |
| 42.8.2. Concessão liminar ou mediante justificação prévia .....                                 | 958 |
| 42.8.3. Fungibilidade .....   | 958 |
| 42.8.4. Defesa do réu e rumos do procedimento .....   | 958 |
| 42.8.5. Ônus de formulação do pedido principal .....  | 959 |
| 42.8.6. Formulação e processamento do pedido principal .....                                    | 959 |
| 42.9. Tutela antecipada antecedente – Estabilização.....  | 960 |
| 42.9.1. Petição inicial.....  | 960 |
| 42.9.2. Concessão liminar ou mediante justificação prévia .....                                 | 960 |
| 42.9.3. Fungibilidade .....   | 961 |
| 42.9.4. Citação do réu e prazo de defesa .....  | 961 |
| 42.9.5. Ônus de formulação do pedido principal .....  | 961 |
| 42.9.6. Processamento do pedido principal.....  | 962 |
| 42.9.7. Estabilização da tutela antecipada.....   | 962 |
| 42.9.7.1. Técnica monitoria .....   | 963 |
| 42.9.7.2. Limites à estabilização.....  | 964 |
| 42.9.7.3. Estabilização, efeitos práticos, declaração e (des)constituição .....                 | 965 |
| 42.9.7.4. Alcance objetivo e subjetivo da estabilização.....                                    | 966 |
| 42.9.7.5. Ausência de coisa julgada material.....   | 967 |
| 42.9.7.6. Ação de revisão e outras ações de cognição exauriente: legitimidade e interesse ..... | 968 |
| 42.9.7.7. Prazo decadencial da ação de revisão .....  | 968 |
| 42.9.7.8. Ação promovida pelo próprio autor .....   | 969 |
| 42.10. Tutela da evidência.....   | 970 |
| 42.10.1. Hipóteses de cabimento.....  | 970 |
| 42.10.2. Regime jurídico .....  | 972 |
| 42.11. Limites à tutela provisória .....  | 972 |
| OUTRAS OBRAS DOS AUTORES .....  | 987 |